



Conectando saberes

**experiências de comunicação e cultura
nas comunidades indígenas de Santa Maria**

**Flavi Ferreira Lisboa Filho
(organizador)**

Flavi Ferreira Lisbôa Filho (org)

Conectando saberes

experiências de comunicação e cultura
nas comunidades indígenas de Santa Maria

PRE - UFSM
Santa Maria, RS
2015

Título Conectando saberes: experiências de comunicação e cultura nas comunidades indígenas de Santa Maria

Capa Rafael Saggin Alves

Projeto gráfico e diagramação Rafael Saggin Alves

Supervisão Editorial Flavi Ferreira Lisboa Filho

Apoio



*As imagens publicadas foram autorizadas na primeira visita realizada às comunidades.

C747 Conectando saberes : experiências de comunicação e cultura nas comunidades indígenas de Santa Maria / Flavi FerreiraLisboa Filho(org.). – Santa Maria : UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2015.
p. ; 20 x 25cm
ISBN 978-85-67104-05-8
Disponível em www.ufsm.br/estudosculturais

1. Sociologia da cultura 2. Cultura
2. Comunicação3. Indígenas 4. Santa Maria (RS)
I. Lisboa Filho, Flavi Ferreira

CDU 397(81=87)
316.72(816.5)

Ficha catalográfica elaborada por
Maristela Eckhardt -CRB-10/737
Biblioteca Central da UFSM



Licença Creative Commons

“Eu é um outro”

Arthur Rimbaud

Retratos sobre a cultura indígena

uma apresentação

A obra “Conectando saberes: experiências de comunicação e cultura nas comunidades indígenas de Santa Maria” está organizada em duas partes. A primeira apresenta “Reflexões teórico-práticas sobre culturas indígenas” e a segunda “Olhares sobre a cultura indígena de Santa Maria – RS”. Na Parte I, temos artigos teóricos que tratam da pauta indígena; o relato de uma experiência de fotojornalismo em uma das comunidades de Santa Maria; assim como o relato dos mestrandos Mariana Henriques e Rogério Saldanha, que fizeram docência orientada na disciplina de Comunicação e Cultura e co-orientaram o trabalho de campo realizado; a sessão “viajante *flâneur*” com registros de uma viagem que tornaram o percurso, ponto de chegada; além de uma matéria elaborada pelo jornalista Tiago Miotto da Revista O Viés, quando da cobertura do 11º Acampamento Terra Livre, realizado em abril de 2015.

Na Parte II trazemos parte dos trabalhos que compuseram a primeira edição da exposição, em dezembro de 2014, “Olhares Sobre a Cultura Indígena em Santa Maria”, cujo propósito foi o de retratar o cotidiano dos indígenas residentes no município de Santa Maria/RS através de produtos midiáticos, com diferentes registros e olhares organizados em sessões, para apresentar a temática indígena por meio da Comunicação e da Cultura. A exposição é fruto do trabalho realizado pelos acadêmicos dos cursos de Jornalismo, Produção Editorial, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o apoio do Governo Federal e do CNPq, por meio do edital PRONINC nº89/2013, da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM, em especial da Incubadora

Social, na disciplina de Comunicação e Cultura, sob minha orientação e dos mestrados referenciados anteriormente.

A segunda edição, que caracterizou a exposição como itinerante, aconteceu no mês de abril de 2015, em alusão à data de comemoração indígena (19/4), no Royal Plaza Shopping na cidade de Santa Maria. A próxima será entre os dias 10 e 12 de junho, na Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, durante o VI Encontro Brasileiro de Educomunicação e III Educom Sul. Depois, a exposição irá para a cidade de Jaguarão, para exibição em parceria com os Cursos da Universidade Federal do Pampa. No mês de setembro ela comporá a programação do VIII Mostra de Pesquisa e Extensão da Faculdade Metodista de Santa Maria, nos dias 02 e 03 de setembro próximo.

Entretanto, para além de expor, pretendemos com esta proposta, permitir-se uma educação transformadora, que se inspira nas concepções freireanas, fazendo com que a ida a campo, transforme, sobretudo, aqueles que estão em formação, na sala de aula. É como cruzar uma ponte, estabelecer um elo, cujas formas de contato, o modo como se enxerga e as relações que dão, fizessem parte do aprendizado, do crescimento, que diz respeito à experiência coletiva, mas também individual, própria de cada um.

Queremos pensar uma nova pedagogia, que permita a alternância, considerando experiências de formação em tempos e espaços diferentes. Contudo, ao mesmo tempo, refletindo as atuais políticas públicas sociais, programas como conexão de saberes e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17/06/2004) para incorporar à formação de sujeitos, a inclusão social por meio da cultura e da comunicação, transformando o ambiente da universidade em polo de produção e circulação da cultura, incluindo-se as expressões culturais populares, em particular dos indígenas, dos povos, grupos e comunidades que compõem a nossa diversidade cultural a partir da interlocução e atuação junto às comunidades. Acreditamos

que só por meio do (re)conhecimento do outro é que podemos chegar a compreender os concretos significados do que são os direitos humanos e o papel da cidadania, que compete a cada um de nós, para o enfrentamento das desigualdades sociais, preservando nossas diferenças culturais, alijando “[...] a incapacidade de representação da diferença no discurso que denuncia a desigualdade¹”.

Flavi Ferreira Lisboa Filho

¹MARTÍN-BARBERO, Jesús. Técnicas, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de. (org.). Sociedade midiática. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.69.

SUMÁRIO

Este sumário é linkado com as páginas para facilitar a localização de conteúdos. É só clicar, que você será redirecionado. Desejamos uma excelente leitura!

- 11** **Parte I – Reflexões teórico-práticas sobre culturas indígenas**
- 12** **Breve ensaio sobre a cultura indígena (guarani) no Brasil**
Flavi Ferreira Lisboa Filho; Igor Coutinho Ribeiro; Mariane Wojciewski Barbosa;
Tairanne Teixeira
- 36** **O Estado brasileiro não está preparado para lidar com essa diversidade**
Tiago Schmidt Miotto
- 59** **Representações indígenas na mídia: Duas abordagens**
Carolina Bonoto; Nathália Drey Costa
- 78** **Olhares Invisíveis: Retratos da Aldeia Guarani de Santa Maria**
Nicolí Stürmer Saft; Carolina Escher Gonçalves; Cristina Pietczak;
Jéssica Loss; João Moro de Oliveira; Marília Dias dos Santos;
Matheus Ribeiro Santi; Nadine Kowaleski Ribeiro; Mariana Henriques;
Rogério Saldanha; Flavi Ferreira Lisboa Filho
- 88** **Docência orientada: uma experimentação profissional**
Mariana Henriques; Rogério Saldanha
- 94** **Viajante *Flâneur***
Flavi Ferreira Lisboa Filho

97 **Parte II – Olhares sobre a cultura indígena em Santa Maria**

98 **Han mǎn: reverter**

Amanda Guimarães; Cristiani Pedroso; Elise Dreyer; Franciele Tiggemman;
Maica Cord

101 **Trocando olhares**

Amanda Boeira; Edimar Oliveira; Julia Rebellato; Julia Schapowal;
Luisa Spilimbergo; Pablo Mello; Rafael Saggin Alves; Raphaela Ponteli;
Vanessa Gonzaga

105 **Missões de todos os povos**

Bruno de Oliveira; Lais Fardin; Laura Cassol; Paola Nadal; Renata Rossato;
Taiane Rubin

108 **Ver e viver a UFSM**

Gabriela Marchesan; Lucas Guasso; Raquel Pedrotti; Vinícius Nascimento

111 **Sorria**

Anderson Scherer; Bernardo Machado; Julia Gomes; Leonardo Santos;
Nathaly Lopes; Vitoria Tusi

114 **Sociedade em meio a tribo**

Humberto Ferreira; Lucas Puhl; Matheus de Almeida; Nathália Schneider;
Thamara Godois; Vitor Ceolin; Yuri Machado

- 117** **Vida real**
Carolina Escher; Cristina Pietczak; Jéssica Loss; João Moro;
Marília dos Santos; Matheus Santi; Nadine Ribeiro; Nicoli Saft
- 121** **A pureza da resposta das crianças**
Bianca de Souza; Daniela Gonçalves; Laura Boessio; Leonardo Cortes;
Marina Barin; Lenon de Paula
- 125** **Visita das crianças guaranis na UFSM**
Bárbara Fischer; Guilherme Manfrin Rossato; Luiza Rodrigues de Souza;
Mariana Schut; Pedro Ivo de Mello
- 128** **Artesanato, tradição e representação cultural**
Carolina Motter; Daiane Bedin; Jamille Coletto; Paola Brum;
Rafaela Chagas; Sara Tessele
- 130** **Yawar mayu: a musicalidade indígena sem fronteira**
Carlos Viero; Emiliano Chagas; Felipe Richardt; Rodrigo Pereira; Tales Richter
- 132** **Cartilha sobre a inserção do indígena na UFSM**
Andressa Carvalho; Cezar Barin; Gabriela Rech; João Pedro Possebon;
Lisangela Santos; Taciana Rosa
- 142** **II Exposição Olhares da cultura indígena em Santa Maria**
Ana Paula Martins; Ariele Righi; Camilla Avila; Nathália Batista



Parte I

Reflexões teórico-práticas sobre culturas indígenas



Breve ensaio sobre a cultura indígena (guarani) no Brasil

Flavi Ferreira Lisboa Filho¹
Mariane Wojciewski Barbosa²
Tainne Teixeira³
Igor Coutinho Ribeiro⁴

Resumo

O Brasil possui 896.917 indígenas segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que 75% deste número correspondem à etnia Guarani. Neste artigo, temos o objetivo de refletir sobre a atual situação das áreas indígenas no território nacional, destacando a etnia Guarani, e propor uma discussão sobre a demarcação de terras para essa população que sofre constantemente com o descaso do poder público e com o preconceito promovido, especialmente, por grupos que têm interesses financeiros sobre as terras por eles ocupadas.

Palavras chave: cultura indígena; indígenas; guarani.

1 Introdução

Ainda hoje, em pleno século XXI, pouco se conhece sobre a cultura indígena. Talvez, isto se deva ao fato dos estudos e das pesquisas acerca deste tema ainda estarem restritos a uma pequena parcela da comunidade científica. Contudo, cada vez mais, urge a importância de discuti-lo em outros campos, como é o caso da comunicação, tensionando com conceitos de cultura e mídia.

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos relevantes da cultura indígena, mais especificamente da etnia guarani, mostrando sua localização dentro do território nacional, sua situação fundiária e seus principais desafios na luta pelo reconhecimento.

Inicialmente, trazemos diversos conceitos de cultura, sob a ótica de variados autores

¹ Professor do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Doutor em Comunicação.

² Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas e bolsista (2013) na Incubadora Social da UFSM.

³ Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e bolsista (2013) na Incubadora Social da UFSM.

⁴ Acadêmico de Comunicação Social – Relações Públicas e bolsista na Incubadora Social da UFSM.

que se dedicaram a estudar as manifestações sociais nos seus respectivos contextos. Logo após, nos delimitaremos a cultura indígena e mais precisamente a cultura Guarani, trazendo dados concretos dessa etnia no Brasil e demais países da América do Sul. Por fim, apresentaremos os principais desafios que essa etnia tem na atualidade para manter sua cultura atuante.

2 Conceitos de Cultura

O conceito de cultura é o centro de um grande debate nas ciências sociais e humanas. Por ser o núcleo da antropologia, é nesta área que as discussões são mais profundas e acirradas. No entanto, a repercussão destes estudos ultrapassa a antropologia e alcança diversos campos das humanidades, tais como a história, a comunicação e a geografia.

Um dos primeiros autores que definiram cultura foi Edward Burnett Tylor, antropólogo britânico vinculado à escola do evolucionismo social. Nas palavras deste autor, cultura pode ser conceituada como

[...] aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábito adquirido pelo homem como membro da sociedade. (TAYLOR apud BARRIO, 2007, p.28).

Datada do século XIX, a definição de Taylor reflete o cientificismo do período, marcado pela busca de explicações totalizantes tanto nas ciências naturais quanto nas ciências humanas. Com o fortalecimento do relativismo cultural no século XX, foram superadas as definições de caráter total e as tentativas de submeter às ciências humanas ao império das ciências naturais. Os diferentes ramos das ciências traçaram seus próprios caminhos para fundamentar sua autonomia e campo de pesquisa.

A definição de cultura de Clyde Kluckhohn apud Geertz (2008, p.4) demonstra que um conceito sintético e matemático do termo, nos moldes daquela oferecida por E.B. Tylor, já não tinha mais espaço nos estudos humanísticos. Desse modo, para o autor, cultura é:

(1) “o modo de vida global de um povo”; (2) “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”; (3) “uma forma de pensar, sentir e acreditar”; (4) “uma abstração do comportamento”; (5) “uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente”; (6) “um celeiro de aprendizagem em comum”; (7) “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”; (8) “comportamento aprendido”; (9) “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”; (10) “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”; (11) “um precipitado da história”.

Clifford Geertz (2008) propõe um conceito de cultura de matriz interpretativo. Trata-se da aplicação da semiótica à antropologia. A busca passa a ser pelos significados que se encontram por trás dos símbolos produzidos em cada sociedade, povo ou tribo. A pesquisa não visa mais a determinar leis sociais, tal qual se faz nas ciências naturais, mas buscar pelos processos de significação. Geertz (2008) defende a Teoria Interpretativa da Cultura, pela qual se busca a compreensão das teias de significados que envolvem a vida humana em sociedade. Nela, analisam-se em conjunto as “respostas que outros deram” sobre as “dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum” para elaborar uma teoria complexa e, na medida do possível, ordenada. (GEERTZ, 2008, p.21 e 25). Apesar da amplitude do desafio que o autor propõe à pesquisa no campo da cultura, trata-se de um grande referencial para o estudo e a compreensão intercultural. A cultura, nesta acepção, é captada pelo intercâmbio de interpretações e formas culturais entre sujeitos de diferentes sociedades, povos ou tribos.

Williams (1979), em sua teoria cultural de base marxista, sugere que uma determinada classe é dominante e subordina significados, valores e crenças. Para ele, cultura diz respeito a

[...] todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. (WILLIAMS, 1979, p.24)

Nesse sentido, a hegemonia produz também contra hegemonia, ou seja, a cultura dominante produz e limita, ao mesmo tempo, suas formas de contracultura. Essa concepção apropriada da antropologia ajuda a mostrar como diferentes significados e valores organizam a vida social comum. Dessa forma, a cultura deixa de ser um resultado de uma determinada base, mas passa a ser encarada como aspecto importante na organização social. A cultura se torna elemento constitutivo do processo social e, assim torna-se “[...] um modo de produção de significados e valores da sociedade” (WILLIAMS, 1979, p.24). Williams (1979) contribuiu para a elaboração de uma teoria materialista de cultura, enfatizando a interdependência das várias esferas da realidade social e a atuação delas como forças produtivas, ou seja, como elementos ativos na transformação social.

Com base nesta concepção aberta de cultura, parte-se para uma abordagem, mesmo que breve, sobre as culturas indígenas brasileiras. Deve-se considerar que se trata de uma cultura que não se coloca como hegemônica e ainda não tem forças suficientes para se constituir como contracultura, pois a ela tem sido relegada à margem, junto com tantas outras minorias que ainda não conseguiram se libertar de um lugar de subjugação.

3 Sobre as Culturas Indígenas

O estudo da cultura indígena chama atenção tanto pelo número significativo de população indígena no Brasil, quanto por sua contribuição histórica, social e cultural para o país. Segundo o Censo de 2010, o Brasil possuiu 896.917 indígenas, este número corresponde a 0,47% da população brasileira, sendo 36,2% em área urbana e 63,8% em área rural. Nestes valores se incluem aqueles que se declaram indígenas mediante sua cor ou raça, 817,9 mil, e os que residem em terras indígenas, mas se declaram de outra cor ou raça, 78,9 mil.

As terras indígenas representam 12,5% do território nacional, somando um total de 106,7 milhões de hectares. Dessas, apenas seis terras tem população superior a 10 mil indígenas. Ao total, atualmente residem 517,4 mil indígenas nessas terras, sendo em maior número a etnia Yanomami, ocupando o território do Amazonas e de Roraima. (IBGE, 2010)

A demarcação de terras é o meio administrativo legal para explicitar os limites territoriais ocupados pelos povos indígenas, além disso, é a forma buscada pelas autoridades para resgatar uma dívida histórica com os esses povos, e promover uma maior valorização dessas etnias. Esse processo para por seis estágios distintos, até a sua efetiva regulamentação. As fases do processo são:

- Em estudos: realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena;
- Delimitadas: terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no Diário Oficial da União pela FUNAI e se encontram em análise pelo Ministério da Justiça para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena;
- Declaradas: terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas;
- Homologadas: terras que foram demarcadas e tiveram seus limites homo-

logados pela Presidência da República;

- Regularizadas: terras que, após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União; e
- Reservas indígenas: terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que não se confundem com as de posse tradicional e, por esse motivo, não se submetem aos procedimentos anteriormente descritos. (IBGE, 2010, p.16)

O IBGE contabilizou as terras indígenas que estavam no processo de demarcação para o Censo de 2010 até o dia 31 de dezembro desse mesmo ano. Os dados coletados estão explicitados conforme a figura 1.

Situação fundiária	Terras Indígenas	
	Número	Superfície (ha)
Total (1)	505	106 739 926
Declarada	49	2 689 068
Homologada	27	4 761 768
Regularizada	405	99 240 743
Em processo de aquisição como Reserva Indígena	24	48 347

Figura 1 – Número de terras indígenas e superfície, segundo a situação fundiária Brasil.

Fonte: Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas

Segundo o censo de 2010, existem 505 terras indígenas reconhecidas, grande parte delas localizadas na Amazônia legal (IBGE, 2010, p.17). Os cartogramas a seguir (figuras 2 e 3) nos mostram a localização das terras indígenas presentes no território nacional e a população indígena, respectivamente.

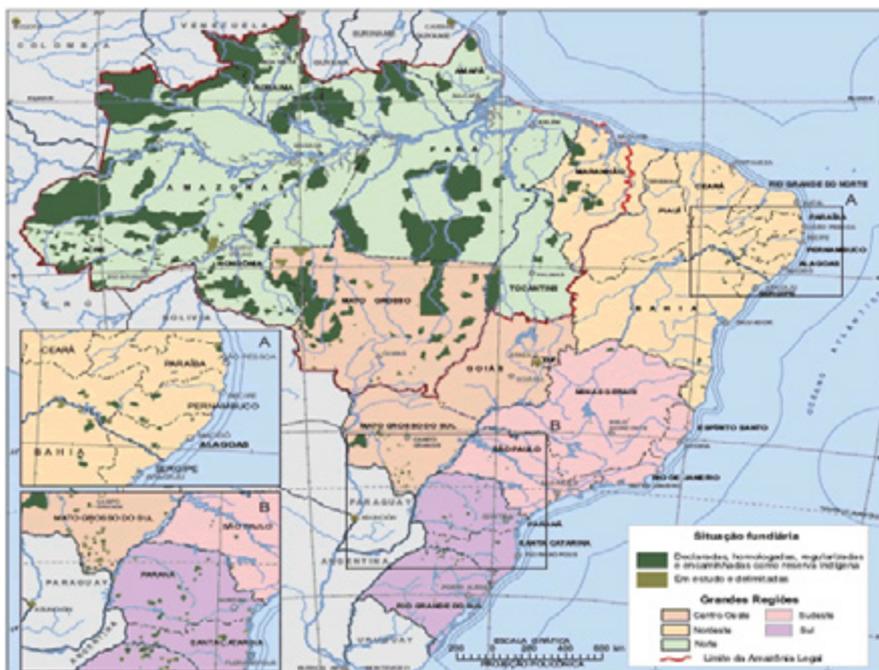


Figura 2 – Terras indígenas no território nacional
 Fonte: Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas

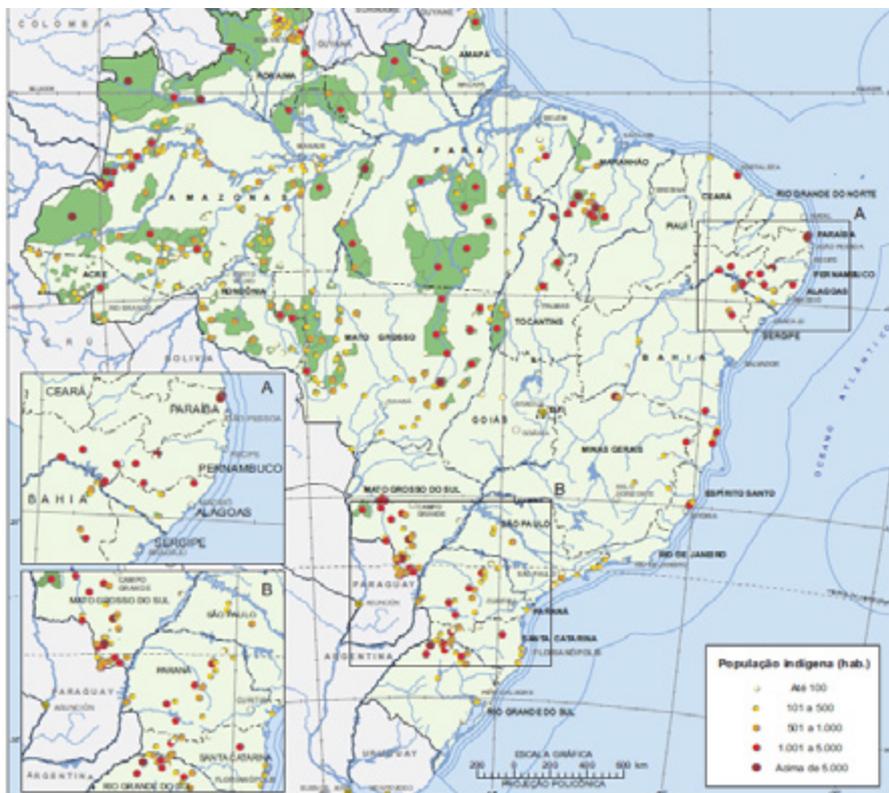


Figura 3 – População Indígena no Brasil
 Fonte: Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas

O Censo ainda observou que houve um declínio de indígenas do sexo masculino nas áreas rurais, entre 1991 e 2010, especialmente na região sudeste (de 117,5 para 106,9), na região norte (de 113,2 para 108,1) e na região centro-oeste (de 107,4 para 103,4).

Pela primeira vez, o Censo investigou o número de etnias indígenas presente no território nacional. As comunidades indígenas foram agrupadas pelas suas afinidades linguísticas, culturais e sociais. O IBGE (2010) identificou 305 etnias distintas, sendo a maior delas a dos Tikúna, com 6,8%. Os Guaranis Kaiowá correspondem ao segundo maior grupo, com aproximadamente 4,8%. Foram identificadas também 274 línguas indígenas, porém, 76,9% dos indígenas, com 5 anos ou mais, falavam o português.

Em relação à renda, 83% do total dos indígenas, com 10 anos ou mais, tem renda de um salário mínimo ou não possuíam nenhum rendimento. Este percentual é maior na região Norte, onde 25,7% ganhavam até um salário mínimo e 66,9% não tem rendimento algum.

O Censo também identificou que os indígenas mudaram a forma dos seus domicílios. Apenas 12,6% habitam em “ocas” ou “malocas”, enquanto a maioria dos indígenas opta por viver em “casas”.

Cada sociedade indígena possui características culturais próprias, como a linguagem, as danças, as vestimentas, tradições, bem como a forma pelas quais se organizam e como interagem com o ambiente, gerando assim, uma diversidade cultural entre as comunidades indígenas.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em um estudo realizado sobre “Cultura e identidade indígena e afro-brasileira”, relata que as culturas de origem indígena possuem uma diversidade enorme, entretanto, de maneira geral, identificam-se em alguns aspectos comuns, como:

- se organizam por meio da participação coletiva e valorizam a presença de crianças, jovens, adultos e idosos em todos os processos sociais;
- preservam a vida natural e social, isto é, juntam-se em torno de objetivos comuns;
- consideram o território patrimônio de gerações e gerações;
- definem seus territórios não somente pela extensão e recursos naturais

neles existentes, mas também pelo trabalho, símbolos, vivências, cemitérios, habitações, plantações, roças comunitárias, caminhos, rios, riachos, praias, mar, lagos, montanhas, florestas, córregos, mitos, histórias e muito mais. (UNICEF, 2011, p.12).

Embora tenham características comuns, os indígenas não são iguais, cada povo habitante de determinada área do território brasileiro, possui suas características próprias, vivendo de forma harmônica com seu espaço e constituindo sua cultura. Por exemplo, os **lanomâmis** falam quatro línguas: Yanomam, Sanumá, Yanomame e Yanam. Suas habitações são construídas de caibros encaixados, amarrados com cipó e revestidas de palha. Possuem características seminômades, já que mudam de habitat quando acreditam ter explorado uma região ao máximo. São caçadores e acreditam em rixis, ou seja, espíritos de animais que ao serem mortos tornam-se protetores e amigos (Cunha, 1992).

Os **Carajás** falam apenas uma língua, a Macro-Jê. São divididos em Karajás, Javaés e Xambioás. Acreditam na transformação do homem em animais e vice-versa. Residem nas proximidades do rio Araguaia, pois acreditam que sua criação, rituais de passagem, alimento e alegria são dados por ele. Vivem do cultivo do milho, mandioca, batata, banana, cará, melancia, feijão e amendoim e prezam pela pintura corporal. Dividem o trabalho, cabe aos homens a defesa do território, a abertura de roças, a construção das casas, a pesca e outros. Para as mulheres, compete o trabalho de educar os filhos, cuidar dos afazeres domésticos, do casamento dos filhos, da pintura e da ornamentação das crianças (Cunha, 1992).

Os indígenas parecem semelhantes, mas existem muitas diferenças culturais entre os povos. Os aspectos culturais podem variar bastante entre uma tribo e outra ou, até mesmo, dentro de uma mesma comunidade ao longo do tempo, devido ao intercâmbio de interpretações entre os sujeitos de diferentes povos ou tribos. O Brasil possui uma dimensão territorial muito grande, o que também contribui para o intercâmbio cultural.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI),

A diversidade cultural pode ser enfocada tanto sob o ponto de vista das diferenças existentes entre as sociedades indígenas e as não indígenas, quanto sob o ponto de vista das diferenças entre as muitas sociedades indígenas que vivem no Brasil. Mas está sempre relacionada ao contato entre realidades socioculturais diferentes e à necessidade de convívio entre elas, especialmente num país pluriétnico, como é o caso do Brasil.(FUNAI, 2013, on-line)

Segundo o Censo de 2010, no Rio Grande do Sul temos um total de 32.989 indígenas divididos entre as tribos, Guarani, Guarani Mbya e Kaingang. Essas etnias estão distribuídas em, aproximadamente, 27 áreas demarcadas, sendo grande parte delas localizadas no norte do estado, como mostra a figura 4. Os Mbiá Guaranis são os que possuem maior número de áreas, 13 no total, seguido pela etnia Kaingang com 10 áreas.



Figura 4 – Áreas indígenas no Rio Grande do Sul
 Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG)

Ainda, essa população indígena se divide entre 13.820 no meio urbano e 19.169 no meio rural. Inevitavelmente, o contato com populações não indígenas, no meio urbano e rural, acaba influenciando, fazendo com que traços culturais se modifiquem.

No que diz respeito à identidade étnica, as mudanças ocorridas em várias sociedades indígenas, como o fato de falarem português, vestirem roupas iguais às dos outros membros da sociedade nacional com que estão em contato, utilizarem modernas tecnologias (como câmeras de vídeo, máquinas fotográficas e aparelhos de fax), não fazem com que percam sua identidade étnica e deixem de ser indígenas. (FUNAI, 2013, on-line)

Esse contato com as populações não indígenas acaba interferindo em seus processos culturais, pois eles se apropriam de alguns meios e os contextualizam para sua cultura, porém, destaca-se que isso não é suficiente para perder sua identidade.

É necessário reconhecer e valorizar a cultura étnica de cada uma das sociedades indígenas em particular, compreender suas tradições, a ocupação da terra e de uso dos recursos naturais e seus significados. Isto conduz ao respeito pelos direitos de cada um e pela busca do convívio pacífico, por meio de um intercâmbio cultural, com as diferentes etnias.

4 A Cultura dos Povos Guarani

O termo Guarani se refere a uma etnia indígena originária da América do Sul, que abrange países como Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Argentina. A etnia Guarani se subdivide em povos⁵. Dentre os guaranis podemos destacar alguns dos mais populares como: os Nandevas, os Mbyás, os Ava-xiriguanos, os Kaiowas, os Embiás, os Chiripá, Kaingúá, Montesés, os Guaraíós, os Tapietés e os Izozeños. Cada um desses povos possui características culturais próprias, o que os diferencia em alguns aspectos dos demais.

Segundo o Censo de 2010, os Guaranis que habitam o solo brasileiro são, aproximadamente, 67.523 pessoas, sendo que a maioria delas são dos povos Kaiowá (43.401), seguido dos Nandeva (8.596) e Mbya (8.026). Já no Paraguai, o Censo realizado em 2002 totalizava cerca de 43.080 povos indígenas de etnia Guarani vivendo no seu território.

⁵ A palavra "povo" relacionada à cultura indígena significa a existência de subgrupos étnicos.

Na Argentina, concentra-se quase exclusivamente o povo Mbya, e são, em média, 5.500 pessoas. A Bolívia é a nação em que a etnia guarani se apresenta em maior número, aproximadamente 80.000 pessoas, seguido pelo Brasil e Paraguai respectivamente. (POVO GUARANI, 2014).

O total de habitantes se apresenta quase que equilibrado, no que se refere ao sexo, entre as principais tribos do território brasileiro. Os homens somam 33.987 indivíduos (50,33%), e as mulheres são no total de 33.536 indivíduos (49,66%).

Ter dados precisos sobre a população indígena Guarani se mostra um desafio, pois são diversas vertentes familiares espalhadas por variados povos. Muitas delas falam a mesma língua, possuem hábitos muitos semelhantes, porém se denominam de forma distinta, dificultando a catalogação das informações. Há também dificuldade quanto ao acesso às comunidades e a não reciprocidade dos que coletam as informações pelos indivíduos das tribos.

Os indígenas da etnia guarani são povos que costumam se deslocar no seu território, mas não são nômades. São agricultores e, em decorrência disso, tendem a migrar quando condições são inadequadas, como terras que não servem para agricultura, paisagem desértica. Para Azevedo et al. (2008), a mata, a água e outros elementos do ambiente são espaços que eles acreditam estarem sendo ocupados por uma série de seres espirituais, com os quais os necessitam interagir para reproduzir seu modo de vida.

Os Guaranis organizam-se em aldeias que denominam com o nome de Tekoá, termo derivado Tekó, que traduzido para o português significa, “o modo de ser Guarani”.

A Tekoá não pode reduzir-se à propriedade privada de um pedaço de terra; a Tekoá é a terra manejada segundo o tekó. O fundamental evidentemente é o tekó, ou seja, os costumes, os valores, as referências éticas e obrigações sociais de um conjunto de famílias unidas pela mesma linguagem. (MELIÁ, 2004, p.70).

As Tekoás são geralmente estabelecidas em terras próximas de rios, ou lagos, em vegetação florestal, por uma família extensa ou da união de mais famílias. Para Garlet (1997) a organização social guarani acontece sob as orientações de um líder denominado Karai, um líder religioso que conduz e dirige os rituais e estabelece vínculos com mundo sobrenatural, pois os indígenas acreditam nas forças da natureza e nos espíritos dos antepassados. Para eles os deuses e os espíritos são entidades de poderes e sabedoria.

Diferentemente do Karai, o Cacique é responsável pela organização política da Tekoá e a ele cabe a resolução dos problemas e a tomada de decisões ligada às relações internas e externas. O número de habitantes de cada aldeia é variável, pois frequentemente ocorrem deslocamentos de famílias de uma comunidade para outra, com o objetivo de visitar parentes, assim permanecendo em outra aldeia por tempo indeterminado. Outro fator que motiva esses deslocamentos é a lenda da busca pela Terra sem Mal⁶ (CLASTRES, 1978).

Para Zanin (2009) só é possível compreender a forma de moradia existente nas comunidades guaranis, se também conhecer o significado de suas construções e seu papel frente à sustentabilidade do seu modo de vida.

[...] ao viver na casa tradicional de taquara, pensa na cultura guarani, no sistema guarani, nessa forma de viver. Assim, a casa faz parte desse sistema, desse modo de vida, mantendo elementos que em outra forma habitacional são inviabilizados ou alterados. Esse é um dos fortes motivadores que levam os guarani a seguirem construindo suas habitações tradicionais. (ZANIN, 2006, p.2).

Algumas famílias guaranis preferem construir suas casas nas clareiras da mata. A área de uso de cada família fica demarcada pelo pátio; próximas ao pátio ficam as plantações. Cada casa é ligada às demais e aos espaços de uso do grupo por caminhos criados e mantidos pelo seu trilhar. A distribuição das casas acontece de acordo com as

⁶ Mito existente entre a etnia Guarani em que se acredita em uma terra onde estes viverão livres da interferência do homem branco, podendo exercer sua cultura livremente. Tentativa de voltar ao espaço anterior à conquista europeia. (LITAIFF apud ROCHA, 2010).

relações de parentesco ou afinidade, porém cada família decide onde vai ser a sua.

Em relação à alimentação os guaranis são praticantes da agricultura e desenvolvem o plantio de alimentos variados como: abóboras, repolhos, mandioca, batatas, amendoim, feijão andu, cará, bananas e abacaxi, entre outros. Para a elaboração dessas lavouras é necessário o trabalho em grupo.

Segundo a descrição de Melià (2004), quando ocorre um mutirão em uma aldeia para a seara sazonal, todos os homens se colocam em uma linha e, com enxadas, capinam o terreno que anteriormente havia sido livrado do mato por sua queimada gradual. Além da atividade agrícola extraem também todos os recursos ainda necessários para sua sobrevivência da natureza como plantas medicinais, madeira e palha para confeccionarem suas casas, cestas e armadilhas de caça e pesca, além de trabalharem com a confecção de artigos de cerâmica. O plantio é uma atividade que envolve todo o grupo. Já a caça e a pesca é por conta dos homens da aldeia, logo a preparação dos alimentos é uma tarefa dedicada às mulheres.

Segundo Tempass (2009) no período dos “descobrimientos” os colonizadores só conseguiram se instalar definitivamente no Brasil porque se valeram das espécies vegetais cultivadas pelos grupos indígenas. Dentre os pratos típicos da cultura indígena podemos destacar a tapioca (espécie de pão fino feito com fécula de mandioca) o pirão (caldo grosso feito de farinha de mandioca e caldo de peixe), a pipoca (grão de milho que rebenta com o calor) e o beiju (espécie de bolo de formato enrolado feito com massa de farinha de mandioca fina).

A língua falada pelos guaranis tem base na família linguística Tupi-Guarani, porém apresenta grandes variações dependendo do povo ao qual a língua pertence e podem, muitas vezes, serem consideradas línguas diferentes, assim como o espanhol e o português.

Cada povo indígena possuiu crenças e rituais diferentes. O pajé, que na cultura

guarani é denominado Karai, é quem transmite os conhecimentos aos habitantes da tribo. Nas Tekoás guarani não pode faltar a “casa de reza”, que para cada povo têm um diferente significado. Porém em geral nessas casas e nos pátios abertos em sua frente é onde se desenvolvem as festas, onde se canta e se dança em rituais e comemorações.

A localização da Casa de Rezas (Opy) fica a cargo do líder espiritual (Opy-guá). Além da localização, existem elementos simbólicos, relacionados com a cosmologia, que configuram o ambiente onde está a Casa de Rezas, como um pátio que geralmente possui uma palmeira Jerivá (pindó ete). (ZANIN, 2009, p.4).

Segundo Schaden, Egon apud Azevedo et al. (2008) o ideal de cultura Guarani é a vivência mística da divindade, e não depende das qualidades éticas do indivíduo, mas da disposição espiritual de ouvir a voz da revelação. “Essa atitude e esse ideal é que lhes determinam a personalidade”. (SCHADEN, EGON apud AZEVEDO et al., 2008, p.9) .

A Erva Mate foi a primeira de muitas das riquezas extraídas da cultura guarani no Brasil. Os pioneiros na elaboração e no uso da erva-mate foram os indígenas guaranis, que habitavam o estado Paraná, isto quando os colonizadores espanhóis chegaram ao Brasil. Da metade do século XVI ao XVII a extração de erva-mate era a atividade econômica de mais importância da Província Del Guairá⁷. No Rio Grande do Sul, o cultivo de erva-mate também é uma herança deixada pela etnia Guarani em nossa cultura. Os padres Jesuítas que vieram da região do Guairá e se estabeleceram nos Sete Povos das Missões, trouxeram para o Estado o hábito do “chimarrão”, como conta o relato a seguir.

No início do século XVII, os primeiros padres jesuítas chegaram à América do Sul, na região do Guairá (hoje Leste do Paraguai, Oeste do Estado do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul). À medida que foram convivendo com os índios Guarani e Kaingang, os padres começaram a observar e em alguns casos incorporar os hábitos dos nativos. Um desses costumes era o tererê, um chá feito com erva mate e água fria, e tomado em cuias de porongo com

⁷ Região de domínio espanhol entre os séculos XVI e XVII com forte presença dos padres Jesuítas. Hoje corresponde em grande parte ao estado do Paraná, sul do Mato Grosso do Sul e parte leste do Paraguai.

o uso de um canudo de bambu. (...) Os jesuítas, seguindo o exemplo dos ingleses, que tomam o seu chá quente, resolveram esquentar a água do tere-rê. Começava, então, a nascer o chimarrão assim como nós o conhecemos hoje. No ano de 1626, os padres chegaram ao Rio Grande do Sul, mas não ficaram por muito tempo, já que em 1641 foram expulsos pelos bandeirantes. Mas, em 1682, eles voltaram e, dessa vez, conseguiram se estabelecer no Estado, formando os Sete Povos das Missões. Aos poucos, os índios locais começaram a gostar do “chá” trazido pelos jesuítas e não demorou muito para que o mate fosse incorporado à sociedade gaúcha. (CARVALHO, AZEVEDO; 2007)

A erva-mate foi classificada pelo francês Saint-Hilaire, em 1820, depois de observar os ervais nativos em uma fazenda nas proximidades de Curitiba.

5 A Interferência dos Não Indígenas na Cultura Guarani

Quando os colonizadores chegaram, por volta de 1500, os guaranis já possuíam estilo de vida e organização muito avançados. Eram formados através de um conjunto de povos com a mesma origem, que falavam a mesma língua, e que já haviam desenvolvido um sistema agrícola muito produtivo. O sistema agrário dos povos guaranis era considerado próspero, motivo de festas e comemorações. Os guaranis distribuíam suas produções entre si, praticando a economia da reciprocidade⁸.

Os vários povos guaranis se diferenciam principalmente pelo seu modo de falar, de praticar suas crenças e de exercer sua agricultura. São esses fatores que fazem um povo receber uma determinada nomenclatura diferente da outra, apesar de todos pertencerem à mesma etnia, a Guarani.

Atualmente, o que mais ameaça a etnia guarani são os atos de xenofobia e intolerância. São frequentes as denúncias de invasão de terras, ameaças de morte, expulsão, atos de discriminação e desprezo.

Em termos históricos, logo após a Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864-1870,

⁸ Obrigação moral de ajudar sempre que outro Guarani necessitar. O povo Guarani entende que “receberam de Deus o direito ao usufruto da terra, que deve ser feito de forma respeitosa, equilibrada e limitada”. A solidariedade e a generosidade são valores fundamentais na cultura Guarani. (POVO GUARANI; 2014)

aconteceu uma profunda mudança no modo de vida dos povos guaranis, provocada pelos não indígenas. Os grandes latifúndios começaram a nascer, explorando as terras que antes eram por eles ocupadas. A rotina dos povos que viviam nessas terras, principalmente ao sul do Mato Grosso, vem sendo fortemente atingida pela exploração econômica desde aquele período. A exploração, que começou com a erva-mate, se estendeu ao cultivo da soja, em 1970, e da cana-de-açúcar, em 1980, causando forte impacto na cultura indígena, principalmente na guarani, afetando suas crenças e sua espiritualidade.

Registros apontam que a exploração dos latifundiários começa, em 1882, com Thomas Laranjeira, marcado pela fundação da “Companhia Mate Laranjeira”, como relatado a seguir:

Ao perceber a grande quantidade de ervais nativos na região, Thomas Laranjeira solicitou do Governo Federal, em 1882, o arrendamento das terras no sul do então Estado de Mato Grosso para explorá-las e, fundou, em 1892, a Companhia Mate Laranjeira. Com a República, as terras devolutas – aquelas que originalmente pertenciam à União – passaram para a responsabilidade dos estados, o que favoreceu os interesses da Cia. Mate Laranjeira. Dessa forma, o Decreto nº 520, de 23/06/1890, ampliou os limites da posse da Cia. Mate Laranjeira e deu-lhe o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região, que compreendia o território de ocupação tradicional dos Guarani e Kaiowá. Essa atividade foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita da erva mate, e pela disseminação de várias doenças com grave impacto sobre a saúde dos índios. (AZEVEDO, BRAND, HECK et al., 2008, p.2)

Após 1950, o processo de desmatamento e a instalação de novas indústrias eram crescentes nos territórios ocupados pelos indígenas. Com isso, uma grande parte do povo indígena foi obrigado a abandonar suas aldeias, indo para uma região demarcada pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que deu origem à FUNAI.

O SPI demarcou pequenos hectares de terras a fim de liberar os antigos espaços

para a expansão das indústrias agrícolas. Essas terras foram fortemente vigiadas pelo governo, obrigando a população indígena a se igualar a uma identidade mais “nacional”.

A perda de território sofrida pelos guaranis acarretou em uma mudança drástica em seu estilo de vida. A economia da reciprocidade ficou cada vez mais difícil de ser praticada. O rápido esgotamento dos recursos reduziu a qualidade de vida das Tekoha (terras tradicionais guaranis).

O confinamento imposto pelo governo acarretou em um problema drástico da reprodução do *ava reko* (como se denomina o sistema social guarani). Essa é a causa da maioria dos problemas sociais e impasses vividos pelos guaranis na atualidade. Neste sentido, a demarcação das terras é um assunto considerado emergencial a todas as lideranças indígenas e órgãos que apoiam essa causa.

6 O Convívio com a Violência

Uma dos grandes desafios para os povos indígenas da atualidade é conviver com o descaso e o racismo provocado por indivíduos não indígenas. Apesar da pouca inserção nas mídias das causas indígenas, não são raros os casos de ameaças e violência contra as tribos e os indígenas.

Em uma entrevista feita pelo Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (ANTUNES, 2013), a cacique Eunice Antunes relata a violência e o descaso que os indígenas guaranis sofrem no Morro dos Cavalos, no estado de Santa Catarina. Na entrevista, a cacique menciona a demarcação das terras, feita pelo Ministro da Justiça em 2008, que ainda não foi colocada em prática. Segundo ela, os indígenas teriam direito de receber indenização por suas terras e pelas benfeitorias dos povos indígenas naquela região, porém o processo das indenizações demora a se concretizar. Segundo a Cacique, indivíduos mal intencionados plantam todo tipo de mentiras nas pessoas, tentando colocar a população contra os indígenas, provocando atos de rejeição e racismo.

Em uma determinada ocasião, os canos de água, que abastecem a aldeia foram cortados por uma ação criminosa, prejudicando a rotina da tribo. Alguns serviços básicos, como escola, tiveram que ser fechados até que o abastecimento fosse normalizado. A cacique disse que já recebeu inúmeras ameaças pra si e sua família, da mesma forma como os demais integrantes da aldeia. A cacique culpa a falta de informação para toda essa violência. Ela afirma que é pouco o interesse de divulgar a cultura e os benefícios que os indígenas trouxeram para aquele determinado lugar, o que causa o preconceito e o sentimento de repulsão por parte da sociedade.

Ainda cabe destacar que a construção de rodovias e o “desenvolvimento” do meio urbano, têm invadido as aldeias, deixando cada vez menos espaço para que os guaranis possam exercer a agricultura e a caça, próprias da sua cultura. Para eles, o desenvolvimento está no convívio com a natureza, na preservação do meio ambiente.

7 Considerações

Ao final deste texto é importante ressaltar que o povo não indígena tem muito a aprender com o povo guarani, como, por exemplo, reconhecer o direito desse povo à liberdade e o respeito a todos os seres vivos. Segundo Zanin (2009) essa liberdade é tolhida, no momento em que se restringem as possibilidades de circulação e acesso à natureza. O convívio com os juruá (não indígenas) e a pressão espaço-territorial os conduz à necessidade de se manifestarem a favor do reconhecimento de locais onde possam viver com tranquilidade, que lhes permitam uma sustentabilidade integral.

Até o momento podemos apontar que ainda há muito no que se avançar na luta do povo Guarani. É preciso que a população entenda suas demandas e que se levantem com eles, para a conquista de seus direitos legítimos. As manifestações de preconceito se dão pela ignorância da população, inflamada por grupos isolados com interesses escusos e individualistas, não raras vezes movidas pela ganância e a mais valia. Precisamos enten-

der que possuímos uma dívida com os povos indígenas que, com a sua cultura, contribuíram para a sociedade e em troca pouco receberam, além de rechaço e da marginalização.

Referências

ANTUNES, Eunice. A luta do povo Guarani/SC. [28/02/2013]. Santa Catarina: Canal Elaine Tavares no YouTube. Entrevista concedida a Elaine Tavares

AZEVEDO, Marta et Al. Historia da cultura guarani. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani?start=1>> Acesso em: 2 de Junho de 2014

BARRIO, Angel-B. Espina. Manual de antropologia cultural. Recife: Editora Massagana, 2007. Disponível em: <http://www.ufpe.br/antropologia/images/documentos/publicacoes/antropologia/manual_de_antropologia_cultural_massangana.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2013

CLASTRES, H. Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CUNHA, M. C. 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras

FUNAI. Os índios brasileiros. Disponível em: <<http://www.brasil.com.br>> Acesso em: 10 de nov. 2013.

GARLET, Ivori José. Mobilidade mbyá: história e significação. Dissertação de Mestrado. PortoAlegre: PUC-RS, PPGH, 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia> > Acesso em 3 de junho de 2014

_____. Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: 2010

LADEIRA, Maria Inês. Guarani Mybia: População. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-mbya/1289> > Acesso em 2 de junho de 14

MELIÁ, Bartolomé. El modo de ser Guarani en la primera documentación jesuítica (1549/1639). Revista de Antropologia, vol. 25, 1981.

_____; TEMPLE, Dominique. El don, la venganza y otras formas de economia guaraní. Asunción del Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2004.

NOELLI, Francisco S. Silva. Curt Nimuendajú e Alfred Métraux: a invenção da busca da “terra sem mal”. Suplemento Antropológico, Asunción, 34 (2): 123-166, dez.1999.

_____.et al. Guarani Retã 2008: povos guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. Mapa Guarani. Campo Grande: 2008.

POVO GUARANI, grande povo. Em torno de 300.000 guaranis no continente. Disponível em < <http://www.guarani-campaign.eu/landen/portugal/home.htm> > Acesso em 3 de Junho de 2014

ROCHA, Joana D’Arc Portella.Terra sem mal: mito guarani na demarcação de terras indígenas. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Naturais e Exatas. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SEPLAG. Atlas Socioeconômica do Rio Grande do Sul: Meio Ambiente- Áreas Indigenas. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=804&cod_menu=800&tipo_menu=MEIO&cod_conteudo=1576 > Acesso em 3 de Setembro de 2014

TEMPASS, Márti César. Orerémbiú: a relação entre as práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e cosmologia mbyá. 2005.156f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia de Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

UNICEF. Cultura e identidade: comunicação para a igualdade étnico-racial. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt/br_cultura_guia_pam.pdf> Acesso em 8 de nov. 2013.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZANIN, N. Z. Abrigo na natureza: construção Mbyá-Guarani, sustentabilidade e intervenções externas. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia. Porto Alegre: PPGEC/UFGRS, 2006.

_____. Aspectos simbólico-culturais e continuidade das construções Mbyá-Guarani. In: RS Índio - Cartografias sobre produção de conhecimento. EDIPUCRS Porto Alegre: 2009.

“O Estado brasileiro não está preparado para lidar com essa diversidade”¹

Tiago Schmidt Miotto²

Resumo

Entre os dias 13 e 16 de abril de 2015 aconteceu, em Brasília, o 11º Acampamento Terra Livre, em meio à Mobilização Nacional Indígena convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A revista o Viés³ foi convidada pelo Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN) e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para acompanhar a mobilização na capital federal e realizou uma série de reportagens abordando alguns dos temas discutidos no evento e dos acontecimentos da mobilização.

Palavras chave: povos indígenas; Mobilização Nacional Indígena; demarcação de terras tradicionais; 11º Acampamento Terra Livre; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Parte 1

Na madrugada do dia 14 de abril, uma terça-feira, cerca de 1500 indígenas, representando mais de 100 povos originários de todas as regiões do Brasil, desembarcaram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Enquanto os primeiros raios de sol mal se deixavam ver por trás das torres do Congresso Federal, os indígenas espalhavam suas barracas e erguiam com destreza as tendas de lona e bambu que ocupariam a grama nua pelos três dias seguintes, durante os quais aconteceria o 11º Acampamento Terra Livre.

Convocados pela APIB para a Mobilização Nacional Indígena, os representantes

¹ Este texto é uma adaptação das três primeiras reportagens da série publicada originalmente na revista o Viés a respeito do Acampamento Terra Livre. As reportagens originais e a série em formato integral estão disponíveis no endereço: <http://www.revistaovies.com/categoria/acampamento-terra-livre/>

² Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria. Integrante da Revista O Viés.

³ A revista o Viés é uma mídia independente, ativa desde novembro de 2009 e cuja principal plataforma de atuação é a internet, por meio do site www.revistaovies.com. A revista, que se estrutura como um coletivo autogestionado, conta atualmente com 14 redatores/as (entre jornalistas ou estudantes de jornalismo), três publicitários/as, um desenvolvedor web, dez colunistas e dezenas de colaboradores esporádicos.

originários deslocaram-se até a capital federal para mostrar aos poderes e aos poderosos do país que ainda existem, resistem e lutam por seus direitos – especialmente neste momento que é, talvez, o mais adverso que já enfrentaram desde o fim da ditadura militar.

Nos dias seguintes, dezenas de tendas, centenas de barracas e uma multiplicidade infindável de cores, pinturas, fisionomias, cocares, adornos e artesanatos ocuparam o amplo espaço vazio que fica entre as sedes do poder do Estado – ambiente planejado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para valorizar a arquitetura dos órgãos e instituições dos poderes legislativo, judiciário e executivo do país.

Nesta parte do Eixo Monumental – como se chama a via que corta a cidade planejada pelo urbanista Lucio Costa no sentido leste-oeste e aglomera os espaços públicos institucionais e administrativos – o silêncio da noite e o movimento usual do dia-a-dia deram lugar a uma nova paisagem sonora, dominada pelo som constante dos maracás (espécie de “chocalho” indígena) e por uma diversidade enorme de cantos, rezas, rituais e idiomas que remontam a um tempo muito mais antigo do que os 515 anos que o Brasil colonizado oficialmente conta como seus.

Atualmente, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), vivem no território brasileiro 305 povos indígenas, falantes de 274 idiomas. O processo de colonização foi violento para os mais de mil povos que, estima-se, viviam neste território antes da chegada dos europeus e somavam entre dois e quatro milhões de pessoas. O Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou 896.917 indígenas no Brasil, mas, para entidades indigenistas como o CIMI, este número é subestimado.

Para os povos indígenas, a colonização nunca terminou. Na Esplanada dos Ministérios, ergueram suas lonas representantes dos Pataxó Hã Hã Hãe, Guarani-Kaiowá, Guarani Mbyá, Kaingang, Munduruku, Terena, Arara, Tupinambá, Tabajara, Pancararu e de várias outras etnias de todo o país – os “parentes”, como referem-se uns aos outros, unidos sob a identidade de indígenas mas diversos entre si, tanto quanto são variadas as

línguas e culturas de seus povos.

Algumas das etnias presentes no Acampamento Terra Livre lutam para resgatar seu idioma original, pois gerações atrás foram obrigados a abandonar suas línguas, durante o processo de assimilação forçada ao modelo de civilização e ao modo de produção capitalistas.

Mesmo entre semelhantes, as situações eram diversas: enquanto as representações de algumas etnias chegaram a Brasília ocupando ônibus inteiros, um jovem de 25 anos era o único representante da etnia Kinikinau presente no acampamento. Vindo do Mato Grosso do Sul (MS), contava a quem quisesse ouvir sobre a história de seu povo, que foi obrigado pelo governo a renunciar a sua identidade e a viver em uma reserva do povo Terena. Internamente, os Kinikinau nunca esqueceram sua verdadeira origem e identidade, e agora lutam para recuperar sua autonomia e o direito de ser o que sentem que realmente são: o povo Kinikinau.

A cultura destes povos – no plural – resiste e se mantém viva não apenas por meio de suas línguas, das pinturas que fazem com urucum, dos traços e da cor mais ou menos típicos que caracterizam suas peles, mas também por algo que os antropólogos costumam chamar de “cosmovisão”. Na definição do programa Povos Indígenas no Brasil, do Instituto Socio-Ambiental (ISA), as cosmologias são as “teorias do mundo”, que definem a forma como cada ser se enxerga em relação a tudo que o circunda.

Por aí, pode-se entender as particularidades culturais e, especialmente, a relação própria dos indígenas com a natureza e com a terra, da qual sentem-se parte. Esta é a principal razão pela qual praticamente todos estes povos enfrentam, ainda hoje, algum tipo de violação: alguns sofrem com a violência direta de fazendeiros e pistoleiros, outros com as violações de suas terras por empresas mineradoras ou por empreendimentos do próprio governo, e a maioria tem enorme dificuldade para acessar seus territórios originários, um direito reconhecido na Constituição de 1988 – a primeira a reconhecer, também,

a autonomia destes povos, até então considerados “incapazes” pelo Estado.

Nas laterais do espaço de grama onde foi erguido o acampamento, 17 grandes prédios retangulares e todos iguais sediam os ministérios do governo federal. Alguns prédios sediam mais de um ministério, outros ministérios tem um edifício inteiro para si. Um deles, ao sul, pertence a um único ministério e dá a dimensão dos problemas que os povos indígenas enfrentam no cenário político atual: é o prédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Nacional, que é comandado pela ruralista e inimiga do movimento indígena, Kátia Abreu (PMDB).

Em entrevista concedida no início deste ano, a ministra – que já recebeu de indígenas e ambientalistas o título de “rainha da motosserra” e é também presidente da Confederação Nacional do Agronegócio (CNA) – declarou que os conflitos envolvendo indígenas ocorrem porque “os indígenas saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção”.

O panorama preocupante só começa aí. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a bancada ruralista, principal frente de ataque contra os indígenas no Congresso, totaliza hoje 126 parlamentares, entre 109 deputados federais e 17 senadores. Entre os projetos e emendas contra os indígenas, a que mais preocupa hoje é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, que deve ser votada este ano e é chamada por esses povos de “PEC da morte”.

A PEC 215, em síntese, pretende passar do Poder Executivo para o Poder Legislativo a competência de aprovar as demarcações de terras indígenas e as titulações de territórios quilombolas e ratificar as demarcações e titulações já homologadas. Na prática, isso colocaria nas mãos dos maiores inimigos dos povos indígenas e quilombolas a prerrogativa de decidir quais terras lhes pertencem, abrindo espaço para que os interesses privados do agronegócio passem por cima dos processos técnicos de demarcação e titulação.

Também por essa razão, uma das tendas que se ergueu em meio ao acampamento foi a dos quilombolas, vindos de diversas regiões do Brasil e solidários aos indígenas, tanto pela condição semelhante que enfrentam enquanto povos tradicionais quanto pelos ataques que sofrem, em comum, dos setores conservadores da sociedade.

Apesar de pouco animador, o cenário não intimidou as centenas de indígenas que ocuparam Brasília. Ao microfone, em um dos muitos espaços de debate que o Acampamento Terra Livre proporcionou para a discussão entre os “parentes”, Soninha Guajajara, coordenadora da APIB, sentenciou: “Queremos aqui sensibilizar toda a sociedade nacional e internacional para que se junte à nossa causa, para que apoie a causa dos povos indígenas. O Estado brasileiro não está preparado para lidar com essa diversidade, para lidar com essa riqueza étnica cultural que existe nesse país, e nós, pela 11ª vez, estamos aqui para pintar Brasília de urucum”.

Parte 2: “Se é por falta de caneta, nós damos uma para que assine a demarcação das nossas terras”

Grande parte dos indígenas que chegaram a Brasília acampar no centro do poder institucional brasileiro vieram de locais onde vivem situações problemáticas. Entre barracas de lona, chuveiros improvisados, longas fileiras de banheiros químicos e enormes filas para as três refeições coletivas diárias, muitos deles tiveram ali, em meio à estrutura modesta que oferecia a mobilização, um momento de trégua. Na realidade cotidiana que vivem em suas aldeias e acampamentos, os conflitos pela terra são acirrados e as mortes e violações de direitos humanos chegam a níveis difíceis até de conceber para quem observa de longe.

A integração entre ser humano e natureza, para os povos indígenas, é muito diferente da relação produtivista a que estamos acostumados e supera a noção de “meio ambiente”, como explica Kretã Kaingang, liderança indígena do Paraná e representante da região

sul na APIB.

“Pra nós, indígenas, não existe meio ambiente. Nós fazemos parte do ambiente, assim como as árvores, os animais, aquela terra, aquele ouro, aquela riqueza, rio, peixe. Nós somos iguais naquela terra, então não temos diferença entre um e outro ali dentro. Então nós não chamamos de meio ambiente, como é conhecido. Nós chamamos de ambiente. Por isso que a gente é capaz de dar a vida, e por isso que a gente tem amor por essa terra”, afirma Kretã. Um dos costumes conhecidos de sua etnia, que vive hoje nos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, é enterrar o umbigo das crianças no local em que nascem: para um kaingang, é importante viver e morrer onde seu umbigo ou o de seus antepassados está enterrado.

Pela ação de grileiros ou por iniciativas colonizatórias do próprio Estado brasileiro, muitos dos territórios reivindicados pelos indígenas hoje estão sob posse de fazendeiros que detém grandes extensões de terra cobertas de monoculturas para exportação, como soja e cana de açúcar.

Para Kretã, as terras brasileiras hoje estão “terceirizadas”. “Todos nós sabemos que a soja não fica no Brasil, vai pra Europa alimentar gado, porco, na Alemanha, na Ásia, Holanda. E é financiado geralmente por empresas americanas, europeias, asiáticas, inclusive com agrotóxico que é proibido em outros países e aqui circula livremente, contaminando o solo brasileiro. Então praticamente o Brasil, os brasileiros não se deram conta ainda, mas o território brasileiro está todo terceirizado por essas grandes empresas e produtores de soja. E os brasileiros deveriam dar mais amor ao seu país, que nem nós damos. Nós sim damos amor pelo nosso país, porque somos capazes de morrer pelas nossas terras”.

Desde 8 de janeiro de 1996, o Decreto presidencial de número 1775 regulamenta as demarcações de terras no Brasil, sob responsabilidade do Poder Executivo. A identificação e a delimitação das áreas indígenas são atribuições da Funai, que passa o relatório de seus estudos para o Ministério da Justiça; este, por sua vez, é responsável por emitir

uma portaria declarando os limites da terra indígena e determinando a sua demarcação, que por fim deve ser homologada pela Presidência da República. O Decreto de 1996 também prevê um período de 90 dias para contestação do estudo da Funai, e medidas de reassentamento em caso de presença de não-indígenas sobre o território demarcado.

Segundo dados do CIMI, há 1047 terras reivindicadas pelos povos indígenas atualmente. Destas, apenas 38% estão regularizadas, 30% estão em processo de demarcação e 32% nem sequer tiveram o procedimento de identificação e delimitação das terras iniciado. 98,75% das terras indígenas regularizadas e em posse destes povos está dentro da chamada Amazônia Legal, área administrativa correspondente aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do estado do Maranhão.

Nesta região, onde fica a maior parte das terras demarcadas, estão apenas 38,2% do total de 896.917 indígenas que vivem no Brasil, segundo o Censo de 2010 do IBGE. Ao mesmo tempo, os outros 554.081 indígenas que vivem nas outras regiões do país – 61,8% do total – têm à sua disposição apenas 1,25% da totalidade de territórios indígenas demarcados e regularizados até hoje.

Demarcações paralisadas

O governo de Dilma Rousseff, de acordo com dados do ISA e do CIMI, em seus quatro anos e quatro meses, foi o que menos declarou e homologou terras indígenas desde a redemocratização – foram apenas dez terras declaradas e 17 homologadas em todo esse tempo, contra 58 declarações e 114 homologações de Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato, por exemplo, e 30 declarações e 66 homologações no primeiro mandato do ex-presidente Lula. A Funai, ligada ao executivo, encontra-se sucateada, com verbas reduzidas e não tem sequer quem a presida oficialmente: há pelo menos dois anos, o órgão conta apenas com presidentes interinos.

Ao longo de todo o ano de 2013, apenas uma terra indígena foi homologada pelo governo Dilma, e nenhuma em 2014. No momento em que acontecia o 11º Acampamento Terra Livre, havia 21 processos demarcatórios totalmente concluídos, alguns há anos, sem qualquer impedimento jurídico ou administrativo, aguardando apenas a homologação da presidente da República.

Além desses, há outros 12 processos paralisados no Ministério da Justiça, também sem nenhum impedimento para que as Portarias Declaratórias sejam expedidas. Há, ainda, outros cinco relatórios circunstanciados concluídos e parados na mesa da presidência da Funai, que só precisam ser publicados para que avancem às etapas de publicação da portaria e homologação.

Um desses relatórios foi responsável pela saída de Maria Augusta Assirati da presidência interina da Funai em outubro de 2014, depois de um ano e quatro meses no cargo. O relatório sobre a terra indígena de Sawré Muybu, no Pará, garantiria a demarcação do território indígena do povo Munduruku na região em que o governo federal pretende construir a hidrelétrica de São Luiz de Tapajós. Impedida de publicar o relatório e cumprir o compromisso assumido com os indígenas, a então presidente interina da Funai decidiu deixar o cargo.

Em entrevista à Agência Pública, Assirati afirmou que havia orientação do governo federal para que nenhum processo demarcatório, nem em suas instâncias mais técnicas, avançasse sem o aval do Ministério da Justiça e da Casa Civil. Na entrevista, afirmou: “A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada. Ela precisa ser fortalecida, e ter o mínimo de condições para sua sobrevivência e bom funcionamento. [...] Sob o aspecto político-institucional, esse apoio também não vem. A Fundação segue com um dirigente interino enquanto ruralistas afirmam publicamente que os processos da Funai são fraudulentos, o que é uma grande calúnia, e não há defesa por parte de setores importantes do governo”.

Em outra entrevista recente, a procuradora do Ministério Público Federal de Altamira (PA), Thais Santi, classificou a construção da hidrelétrica de Belo Monte, outro projeto prioritário do governo federal, como um “etnocídio”, referindo-se ao extermínio social e cultural de povos inteiros em função das violações de direitos e da completa falta de estrutura da Funai na região.

A terra e a vida

No dia anterior à ida para a Esplanada dos Ministérios, na chácara do CIMI, ativistas do Mato Grosso do Sul (MS) analisavam uma ata escrita à mão e um vídeo que rodava num notebook. Eram as imagens do acampamento Guarani-Kaiowá de Tey Jusu, uma parte da aldeia de Tey Kue, que sofrera um *ataque com veneno*: utilizando um avião e um trator, fazendeiros ordenaram o despejo de agrotóxicos diretamente sobre os indígenas que acampavam em parte da terra tradicional identificada como sua. A denúncia sobre o ataque com agrotóxicos, que acontece pela quinta vez nesta comunidade, foi encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF).

Este é um exemplo das violações pelas quais diversos povos indígenas cotidianamente passam, mas que assolam de forma mais contundente os povos do MS. Em 2013, teve grande repercussão uma carta feita pelos Guarani-Kaiowá da tekoha (aldeia, cuja tradução literal é “*lugar onde se é*”) Pyelito Kue/Mbrakay, no MS, na qual anunciavam um suposto “suicídio coletivo”. Na verdade, afirmavam à Justiça que decretar a sua retirada do território tradicional onde estavam vivendo era o mesmo que decretar a sua morte, pois já viviam em um espaço reduzido, sem nenhuma assistência e sob pressão de pistoleiros.

Dois anos depois, pouco mudou na situação. Segundo o relatório sobre a Violência contra os Povos Indígenas no Brasil de 2013, o mais recente realizado pelo CIMI, foram 616 assassinatos de indígenas em dez anos, em grande parte de lideranças ativas na luta pelas demarcações de terra. Desse total, 349 aconteceram no MS. Neste estado, 43

mil Guarani-Kaiowá – em números, o segundo maior povo indígena do Brasil – vivem em pequenas reservas nas quais foram confinados pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e pelos governos da ditadura militar.

Os números elencados pelo relatório de 2013, último disponível, são assustadores, ainda que provavelmente estejam incompletos, como atestam ativistas da entidade: só naquele ano, foram 53 assassinatos de indígenas contabilizados, 33 dos quais ocorreram com os povos Terena e Guarani-Kaiowá no MS. Em 2013, também foram registrados no Brasil nove casos de atropelamento, que resultaram em onze vítimas fatais, e diversos outros casos de agressões, ameaças, discriminação e abusos sexuais.

Com pouco espaço e conhecendo os locais onde seus antepassados viviam há não muito tempo, os Guarani-Kaiowá partiram para a retomada de seus territórios tradicionais, em boa parte já reconhecidos e até delimitados pelos estudos da Funai, mas com a demarcação emperrada.

“Na época do SPI foram dadas oito reservas para juntar todos os guarani de várias comunidades do Mato Grosso do Sul. A autodemarcação que estamos fazendo agora é porque não temos mais espaço e porque as comunidades já esperaram muitos anos a promessa do governo, há mais de 50, 60 anos. As comunidades decidiram retornar, ocupar onde estão enterrados seus antepassados. Não o território total, mas nós estamos ocupando apenas um pedaço onde era nossa casa de reza, onde eram enterrados nossos antepassados, pelo menos para garantir nossa sobrevivência, das nossas crianças, do nosso povo, para termos uma espiritualidade própria, ensinamento e educação própria. Por isso que estamos fazendo essa autodemarcação. Nós não queremos que muitas comunidades morem na beira da estrada, sem condição de ter uma vida digna, sem sustento para sua família,” explica Elizeu Lopes, liderança Guarani-Kaiowá da terra indígena de Kurusu Ambá.

Em 2009, sua comunidade partiu para a retomada de sua terra tradicional, e foi ex-

pulsa por pistoleiros. Na ocasião, a rezadora – uma das funções sociais mais importantes em uma aldeia guarani – Xurite Lopes, de mais de 70 anos, foi morta com um tiro, na frente de toda a comunidade. Outras mortes violentas aconteceram, e a comunidade retomou partes do território outras três vezes. Atualmente, as cerca de 80 famílias que resistem em Kurusu Ambá vivem isoladas em dois acampamentos que ocupam 900 dos 42 mil hectares identificados como seus. A maior parte da área tradicional segue ocupada por fazendas, enquanto o processo demarcatório iniciado em 2008 continua paralisado.

Perguntado se não tem medo de ser assassinado, como acontece com muitas outras lideranças, Elizeu responde: “Eu sou perseguido de morte, de qualquer momento pra ser morto. E não só de pistoleiros, mas por políticos locais, polícia local, polícia federal e pelos fazendeiros, principalmente. Mas pra mim, como guerreiro guarani, eu não tenho esse objetivo de matar os outros, eu não tenho medo. Porque morrer, todo mundo vai morrer. Então é importante morrer pelo bem, do que morrer assim pelo roubo, roubar as coisas, roubar os outros. É importante morrer pelo bem de todos”.

De lado as particularidades de cada estado, a situação do povo Guarani-Kaiowá é a mesma que encontram muitos outros: no sul da Bahia, os Tupinambá e os Pataxó partiram para a retomada de seu território já reconhecido, expulsando fazendeiros e posseiros; no Rio Grande do Sul, muitos Kaingang e Guarani Mbyá vivem em acampamentos precários, à beira das rodovias ou em pedaços minúsculos de seus territórios tradicionais já identificados e delimitados, aguardando o término de processos de demarcação que muitas vezes estão abertos há mais de dez, quinze ou vinte anos. Enquanto aguardam, lidam cotidianamente com a violência e a falta de assistência.

Os kaingang da aldeia de Kandoia, em Faxinalzinho (RS), vivem há um ano uma situação de constante tensão e insegurança. Em abril de 2014, dois agricultores acabaram mortos em confronto com os indígenas, durante um trancamento de rodovias feito pela comunidade, que exigia a demarcação de suas terras.

Para seu Valério de Oliveira, kaingang de 71 anos que junto com outros dois indígenas de Kandoia viajou quase 30 horas para chegar até Brasília, situações como essa não acontecem apenas por culpa dos indígenas. “Faz oito, nove anos a portaria está pronta, só esperando a Dilma assinar. Eles colocam as coisas na culpa do índio, mas a culpa na verdade é do governo”.

Segundo seu Valério, que nasceu na reserva de Ventara, Kandoia é o nome da anciã que lembrava onde era o território tradicional indígena e que guiou os kaingang para a terra onde estão há quase 20 anos. O território reconhecido pela Funai como tradicional de Kandoia é de 2700 hectares. Atualmente, a comunidade de 61 famílias ocupa um terreno do estado de apenas quatro hectares.

Que não seja por falta de caneta

No fim da manhã do segundo dia de acampamento na Esplanada, os povos indígenas presentes em Brasília partiram em marcha até o Palácio do Planalto, onde encontraram militantes da Frente Nacional de Lutas (FNL), movimento de luta pela reforma agrária que também acampava em outra parte da Esplanada.

Sob o olhar dos policiais que formavam uma barreira à frente do Palácio do Planalto, diferentes povos faziam suas danças e rituais, enquanto os arqueiros, posicionados com seus arcos e flechas, permaneciam em formação, frente a frente com os militares. Logo na chegada, vários policiais foram vistos retirando do uniforme suas identificações.

Uma comissão de representantes foi recebida no Palácio, onde tiveram uma audiência com o Secretário Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto. Os povos indígenas entregaram para Rosseto uma carta com reivindicações, pedindo a retomada das demarcações e das homologações e o desentrelaçamento das Portarias Declaratórias do Ministério da Justiça e dos relatórios da Funai já finalizados, que dependem apenas da ação da presidente e dos órgãos do executivo para se concretizarem.

Os povos indígenas encerram o ofício dirigido à Presidente Dilma Rousseff afirmando que atender às suas demandas é uma questão de cumprimento de direitos. “Senão, o seu governo continuará com uma visível incoerência: defender no âmbito internacional o Estado democrático e os Direitos Humanos, enquanto internamente se permite a perpetuação de políticas e práticas etnocidas e genocidas que há 515 anos vitimam os povos indígenas”.

Na audiência, Rosana Puruborá, representante de indígenas do sul do Amazonas e noroeste do Mato Grosso, deu ao ministro uma caneta para que ela fosse entregue à presidente. “Se é por falta de caneta, nós damos uma para que assine a demarcação das nossas terras”, afirmou.

Poucos dias após o fim do 11º Acampamento Terra Livre, o governo federal anunciou a homologação de três terras indígenas e a abertura de concurso para preencher 220 cargos na Funai. As áreas que foram homologadas no dia 20 de abril, rompendo um período de dois anos sem demarcações, atendem à demanda dos povos Arara, Juruna, Kaixana e Mura, nos estados do Amazonas e Pará, e totalizam 232.544 hectares.

As terras indígenas de Arara da Volta Grande do Xingu, Mapari e Setemã estavam, até então, entre os 21 processos demarcatórios concluídos que, há anos, aguardavam apenas a homologação da presidente da República. Agora, restam 18 processos nesta situação.

Em nota, a APIB afirmou que considera “tímida e lacônica” a resposta do governo federal às reivindicações dos povos indígenas. A organização considerou as medidas um ato de justiça para com os povos favorecidos, mas afirmou que a escolha das áreas demonstra “a perene submissão do governo Dilma aos interesses do latifúndio e do agrogócio, entre outros poderes econômicos, que tomaram conta de espaços de decisão nos distintos âmbitos do Estado e nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste do país”.

A entidade indígena reivindica a demarcação em todas as regiões do país, especialmente “onde estão hoje instaladas situações de conflito, violência e criminalização de lideranças indígenas”.

Enquanto esperam pela ação do governo, diversos povos indígenas sobrevivem sob condições precárias ou, em situações extremas, resistem em territórios autodemarcados nos quais não há nenhuma garantia de segurança. “Nós, o povo tupinambá, hoje estamos ocupando nosso território. Se eles vão publicar a portaria declaratória ou não, o certo é que a gente expulsou os fazendeiros de dentro e estamos lá, e para tirar nós tem que matar nós”, afirma Babau Tupinambá, uma das lideranças do povo que vive no sul da Bahia e que foi um dos primeiros a ter contato com os colonizadores portugueses, 515 anos atrás.

“Nós estamos dentro de uma terra que foi o Ministério da Guerra que demarcou em 1926 e era de cinquenta léguas. E agora, estamos apenas reivindicando 47 mil hectares dentro dessa terra e está essa confusão toda. Nós não entendemos, mas a gente sabe que a terra é nossa, a aldeia Serra do Padeiro já assumiu toda a terra, e cabe ao governo indenizar aqueles que nós tiramos e publicar a portaria declaratória, fazer a parte que é do governo. A nossa parte nós já fez, já ocupou tudo”.

Parte 3: “Eu gosto de contar a história inteira, sem pular”

Na tarde do primeiro dia de Acampamento, os 1500 indígenas presentes marcharam até a frente do Supremo Tribunal Federal (STF), onde realizaram uma vigília com cantos e danças tradicionais. Enquanto desciam rumo à sede do STF, cantando seus cantos e entoando gritos de luta, nuvens escuras se armaram e desabou uma chuva forte e intensa, que lavou o asfalto e embarrou os gramados da Esplanada dos Ministérios.

A chuva torrencial e repentina, que em minutos desestruturou algumas das tendas de lona e inundou barracas estendidas na grama da Esplanada, não aplacou a vigília, mas, pelo contrário, fortaleceu o ímpeto ancestral da manifestação. Para os indígenas, a chuva

não era um acaso e nem um problema. Os policiais, bem menos à vontade, também permaneceram sob a torrente, imóveis e encharcados, cercando o ato.

A vigília foi motivada pela preocupação dos indígenas com as interpretações recentes da Suprema Corte a respeito do que definiria um território tradicional. Em três decisões tomadas pela Segunda Turma do STF, o conceito de território tradicional foi atrelado ao “marco temporal” do dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Ou seja, só seriam considerados territórios tradicionais aqueles que estivessem sob posse efetiva dos indígenas naquela data ou sendo contestados em disputa judicial.

Duas destas decisões foram tomadas em 2014, anulando as portarias declaratórias das terras de Guyraroká (MS), do povo Guarani-Kaiowá, e de Porquinhos (MA), dos Canela Apanyekrá; e uma delas em 2015, anulando a homologação da Terra Indígena de Limão Verde (MS), do povo Terena, cuja demarcação estava concluída há mais de dez anos.

A história do Guyraroká, contada por seu Tito

Para contar a história de seu povo Guarani-Kaiowá a não-indígenas, seu Tito mescla o português que aprendeu há anos com sua língua materna, o guarani. Às vezes, quando vai citar algo que alguém lhe disse muito tempo atrás, repete primeiro a frase em guarani, para depois traduzi-la para o português. As marcas que o tempo deixou em seu rosto não dão pista suficiente para deduzir a sua verdadeira idade: 95 anos.

No Acampamento Terra Livre, seu Tito estava um tanto rouco, resultado das muitas horas de estrada sob o ar condicionado do ônibus que lhe levou até Brasília. Ele e sua companheira, dona Miguela, são anciões da terra de Guyraroká, no MS, e lembram toda a história da espoliação de seu território, citando nominalmente cada um dos fazendeiros que, com o passar dos anos, foram se apossando da terra onde eles cresceram e viveram.

A história de seu Tito começa em 1920, ano em que nasceu, e ele faz questão de

contá-la sem saltos. “Eu não gosto de pular, eu gosto de contar a história inteira. Pra mim, fica mais fácil. Estou com 95 anos”, afirma.

Segundo ele, foi após a revolução de 1932 que os Guarani-Kaiowá deixaram pela primeira vez o território de Guyraroká. “Em 1905, lá era aldeia ainda. Caçava, tinha mil quinhentos e poucos indígenas no Guyraroká. Em 1920, ainda todos tranquilos, todo mundo trabalhava, não tinha briga, nada de violência naquele tempo. Quando foi 1932, aí veio a guerra do Getúlio Vargas. Aí já veio o aviso para nós, do tempo do General Rondon, que falou que agora o Getúlio Vargas fez uma guerra e vai acabar com esse povo, com todo mundo que estiver no caminho”.

Seu Tito lembra a chegada do primeiro fazendeiro e o primeiro ataque a tiros contra sua comunidade. “Naquele tempo, nós não tínhamos documentos, não tinha roupa, não tinha sapato, não tinha nada, nós andávamos pelados. Aí, nós voltamos [para Guyraroká], entre 300, 350 indígenas. Quando foi 1939, por aí, chegou o fazendeiro que veio de São Paulo, o primeiro que comprou, e disse que era tenente. Ele falou: ‘comprei aqui 100 mil alqueires. Isso aqui já é meu’. Foi na sexta-feira [que] chegou o homem, o nome dele é Antonio Albuquerque. Chegou já com a espingarda nas costas, não falava em índio, falava em bugre. Perguntou: ‘quantos bugres que tem aqui?’. Então, quando foi pra sábado de noite – não tinha hora, mas a gente calculava que devia ser umas dez horas – ele deu tiro na aldeia, até meia-noite, por aí. Três mulheres morreram”.

Desde então, conta seu Tito, foram muitas as idas e vindas do povo de Guyraroká, entre a terra tradicional e as reservas do Estado, convivendo com a tomada de seu território por fazendeiros de diferentes gerações que negociavam as terras entre si, e dos quais os ele e dona Miguela lembram os nomes e as atitudes. Os indígenas foram sendo empurrados para as bordas de seu território e para reservas, sem poder adentrar em suas antigas áreas, de modo que os proprietários mais recentes das terras tomadas não tinham sequer notícia da ocupação indígena no local.

Já nos anos 1990, depois de resistirem por quatro anos na beira da estrada e retomarem alguns poucos hectares do território, seu Tito conta que houve a chegada de antropólogos para averiguar a tradicionalidade da área. “Naquela época, o índio não tinha cemitério. Onde ele mora, ele é enterrado por aí mesmo. E eu, como conhecia esse Guyraroká, mostrei ponto por ponto pro antropólogo onde as pessoas estavam enterradas. O fazendeiro passou o trator, estava tudo cheio de grama, mas quando uma pessoa nasce naquele lugar mesmo da aldeia, ele conhece de ponto a ponto”.

Dona Miguela também fala sobre o reconhecimento do território que reivindica como seu. “É isso que tá faltando pra nós, nós queremos a terra. Não é muito, é só aquele pedaço onde que a minha vó, minha mãe, minhas irmãs e minha tataravó morreram. Nós todos nascemos lá, nos criamos lá. O juiz falou pra mim: ‘vamos lá ver’. O advogado do fazendeiro acompanhou nós. Eu tenho coragem, medo eu não tenho. Se o pistoleiro matar, vai morrer só eu e já acabou. Não tem mais incomodação. Aí nós fomos. Eu falei ‘aqui era a roça do meu pai, da minha mãe, o lugar onde nós bebia água, onde nós plantava, onde nós fazia fogo’... e nós indo assim, na fazenda”.

Com base nos estudos da Funai, em 2009, uma Portaria Declaratória publicada pelo Ministério da Justiça reconheceu 12 mil hectares como pertencentes à terra tradicional de Guyraroká. Um fazendeiro da região tentou anular a portaria na Justiça, mas a ação foi desconsiderada pelo Superior Tribunal Judicial (STJ) e, depois, pelo relator do processo e atual presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

O relatório de Lewandowski foi contestado pelo ministro Gilmar Mendes, a quem seguiram os colegas Celso de Mello e Carmem Lúcia. A decisão final da Segunda Turma – que hoje inclui, além dos três, os ministros Teori Zavascki e Dias Toffoli – acabou sendo favorável ao fazendeiro, com base na tese do “marco temporal” da ocupação da terra: Guyraroká não seria um território tradicional, pois não estava sob posse dos indígenas em 5 de outubro de 1988, nem havia qualquer processo a respeito tramitando na Justiça

naquela época.

Limão Verde e o marco temporal

A tese do “marco temporal” como uma condição para a demarcação das terras indígenas não consta dos artigos da Constituição Federal que tratam da questão, mas de um julgamento concluído em 2009 pelo STF a respeito da terra indígena de Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. Na ocasião, foram estabelecidas 19 condicionantes para a demarcação desta terra, dentre elas a do “marco temporal da ocupação”.

A decisão colegiada explicitava que os termos do acórdão restringiam-se a este caso específico, sem o chamado “efeito vinculante”, ou seja, sem estender suas 19 condicionantes a outras disputas envolvendo terras indígenas.

Ainda assim, as três deliberações recentes da Segunda Turma do STF que se basearam no princípio do marco temporal tomaram o processo de Raposa Serra do Sol como precedente, e em nenhuma delas os povos indígenas prejudicados foram ouvidos. A decisão do STF em relação à Terra Indígena de Limão Verde, publicado em fevereiro de 2015, foi a primeira destas decisões a anular a portaria de uma terra indígena já demarcada.

Os Terena tiveram a terra de Limão Verde reservada para eles por um Decreto publicado pelo SPI em 1928, mas sua ocupação tradicional documentada remonta a, no mínimo, antes da Guerra do Paraguai. Como os fazendeiros da região desrespeitaram os limites estabelecidos e os indígenas reivindicavam possuir um território maior do que o reconhecido pelo órgão, a luta pela terra e as violações à área indígena prosseguiram por décadas. Em 1996, depois de ter sido expulsa de partes dessa área, a comunidade resolveu buscar a recuperação e a demarcação de sua terra tradicional.

Em 2003, Limão Verde foi homologada e demarcada com 4.886 hectares, quase 3.000 a mais do que o já reservado para a comunidade pelo SPI em 1928. O proprietário de uma das fazendas incorporadas por essa ampliação ingressou com recurso na Jus-

tiça, que foi aceito pela Segunda Turma do STF. Relatada pelo ministro Teori Zavascki, a decisão tomada anulou o decreto presidencial que homologava a terra de Limão Verde.

A Ditadura Militar e a tutela dos povos indígenas

Até 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado. Isso significa que, perante a Justiça, eles eram considerados incapazes para exercer seus direitos, de forma similar ao que acontece, por exemplo, com os menores de idade.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), divulgado em 2014, traz algumas revelações de como foi esse tempo em que os povos indígenas tiveram seus direitos tutelados pelo Estado, ao longo de um período que coincidiu com a expansão da fronteira agrícola brasileira e com uma brutal Ditadura Civil-Militar.

A investigação da CNV abrangeu o período de 1946 até 1988, e o segundo volume do relatório traz alguns eixos temáticos, entre eles, o que trata dos povos indígenas. Nesta seção, os relatores da Comissão afirmam que estes povos originários sofreram graves e sistêmicas violações de seus direitos humanos, as quais resultaram “diretamente de políticas estruturais de Estado”.

Na primeira parte desse período, até a Ditadura, “a União estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros”.

No período seguinte, iniciado a partir de 1968, o governo assume protagonismo nas violações de direitos dos indígenas. O relatório estima em *pelo menos 8.350 o número de indígenas mortos no período investigado pela CNV*, “em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão”, e afirma que “o número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada”.

No caso da Terra Indígena de Limão Verde, a base para a decisão final do relator Teori Zavaski foi o voto do ministro Gilmar Mendes a respeito da terra de Guyaroká, segundo o qual o “marco temporal” de 1988 só poderia ser relativizado em caso de “renitente esbulho”, ou seja, se houvesse disputa judicial constante ou conflito violento a respeito da posse da terra.

Em carta dirigida ao ministro Gilmar Mendes e protocolada no STF, a psicanalista e ex-relatora da CNV Maria Rita Kehl questiona o voto dos ministros, afirmando que as formas de resistência indígena diante das situações de expropriação territorial são variadas, e evitar confrontos diretos era uma questão de sobrevivência. “Na maioria dos casos que analisamos na CNV, pudemos verificar que os indígenas expulsos ou impedidos à força de ocuparem seus territórios foram obrigados a adotar estratégias para evitar o confronto direto, a fim de conseguirem permanecer usufruindo de suas terras tradicionais, mesmo que de maneira precária. Exemplos disso são os recorrentes e documentados casos de permanência nos fundos das fazendas, como ocorreu na Terra Indígena Guyaroka e também no Limão Verde”.

Além disso, a psicanalista questiona a interpretação restritiva dos ministros e a exigência de comprovação das disputas territoriais por meio de processos na Justiça, que desconsidera o fato de que o Estado que devia tutelar os indígenas era o mesmo responsável direta e indiretamente pelas violações que sofreram.

Cléber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), afirma que as recentes decisões da segunda turma do STF são preocupantes e abrem precedente para a revisão de processos já concluídos, como o caso de Limão Verde.

“Há um risco do Supremo reabrir tensões, conflitos e processos de violência contra os povos em situações já resolvidas. Se essa interpretação que está sendo dada pelo Supremo for consagrada, vai ficar na ordem de centenas de terras, pois existem hoje no Brasil cerca de 320 terras indígenas que estão em alguma das fases do procedimento

de demarcação. A grande maioria dessas terras não estava na posse dos indígenas em 5 de outubro de 1988, exatamente porque eles haviam sido expulsos dessas terras pelo processo da Ditadura Militar, e até então eles eram tutelados pelo Estado brasileiro. Eram considerados como incapazes e quem agia por eles era o Estado, e o Estado os expulsou e titulou essas terras para outros. A Constituição reconheceu aos povos o direito a seus usos, costumes, crenças e tradições e o direito às terras que lhes haviam sido roubadas”.

No dia seguinte à vigília em frente ao STF, representantes indígenas foram recebidos pelo ministro Dias Toffoli, que é da Segunda Turma do STF e deve participar das votações a respeito da terra de Limão Verde. Os indígenas entregaram ao ministro um memorial da área, ao qual foi anexado o capítulo da CNV sobre os povos indígenas e o Relatório Figueiredo, outro documento da época da Ditadura Civil-Militar que relata violações contra os seus direitos.

Enquanto os processos andam e uma parte significativa da história indígena corre o risco de ser desconsiderada pelo STF, dona Miguela e seu Tito observam as movimentações dos poderes do Estado brasileiro, talvez sem compreendê-las completamente, e esperam. “Então é essa a história que vou contar para o senhor: do Guyraroká, nós somos de lá. Eu estou esperando a demarcação”, afirma seu Tito. “Antropólogo já passou, engenheiro já passou, já passou tudo. Está tudo bem declarado, tem papel... e a demarcação sempre vai lá e para. Daqui para diante, eu quero resultado. Eu quero a demarcação logo, porque faz tempo que eu estou esperando. Faz tempo! Eu já me cansei de esperar”.

As fotografias a seguir foram realizadas pelo autor do texto, Tiago Schmidt Miotto.





Representações indígenas na mídia

Duas abordagens¹

Carolina Bonoto²
Nathália Drey Costa³

Resumo

O jornalismo, entendido como construtor de sentidos sobre a realidade, é um discurso que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea. No entanto, as representações dos povos indígenas criadas a partir do discurso jornalístico podem determinar e/ou intensificar o processo de marginalização e silenciamento desses povos na sociedade, excluindo-os do exercício da cidadania e contribuindo para o crescimento da estigmatização. Neste contexto, o presente artigo se propõe a discutir, a partir da matriz teórica dos Estudos Culturais, as representações identitárias dos povos originários em três reportagens de veículos com perfis editoriais distintos, no contexto Acampamento Terra Livre, ocorrido em abril de 2015, em Brasília. Com noções gramscianas de hegemonia e contra-hegemonia, analisaremos as abordagens midiáticas enquanto espaços de prolongamento e de reprodução das formas de dominação social ou enquanto lugar de afirmação de pluralidades e de resistência à dominação. Nosso objetivo, através da análise de distintas abordagens, é compreender a participação do jornalismo na produção e reiteração das diferenças e desigualdades sociais em nossa sociedade atual ou no rompimento com a norma e pluralização das identidades.

Palavras chave: povos indígenas; Estudos Culturais; representações identitárias

Introdução

No Brasil, na atualidade, residem mais de 300⁴ diferentes grupos de povos indígenas. Nacionalmente, apesar de suas diferenças culturais, esses mesmos grupos se organizam em frentes de luta que reconhecem suas necessidades e buscam formas

¹ Este texto foi produzido sob orientação do professor Flavi Ferreira Lisboa Filho, na disciplina de “Comunicação e representações identitárias” oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria.

² Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), email: c.bonoto@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação Midiática, Linha Mídia e Identidades Contemporâneas pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM-UFSM), email: nathaliadreycosta@gmail.com

⁴ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

de garantir suas demandas nos mais diferentes aspectos – culturais, econômicos, sociais e assistenciais. Em abril de 2015, representantes de mais de 100 povos indígenas estiveram em Brasília (DF) para um acampamento em frente à Esplanada dos Ministérios. Entre as pautas principais do movimento que agregou povos de diversas localidades está o protesto contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do poder executivo para o Congresso Nacional o poder de demarcar territórios indígenas no país.

O movimento indígena e suas demandas vêm aos poucos ganhando visibilidade na esfera midiática brasileira. Entretanto, por estar inserido em um campo de constantes disputas políticas, principalmente, com setores do agronegócio e da mineração, o que se percebe hoje em nossa sociedade a respeito das questões dos povos indígenas oscila entre ausência e estigmatização. Relacionamos o jornalismo a esse contexto, pois é através do discurso que muitas normas são difundidas e “naturalizadas”, gerando falsos consensos sobre a realidade. Enquanto espaço democrático de debate sobre os mais variados assuntos de interesse social, o campo jornalístico deve, ou deveria, representar a diversidade de pensamentos e a pluralidade de vozes.

Por tais razões, o presente trabalho propõe-se a analisar criticamente como estão representados os povos indígenas, no contexto do Acampamento Terra Livre deste ano, em reportagens com perfis editoriais distintos, a partir da matriz teórica dos Estudos Culturais, com ênfase nos conceitos de hegemonia e contra hegemonia de Antonio Gramsci (2001) e em noções sobre minorias sociais empreendidas por Muniz Sodré (2005) a fim de demonstrar que o jornalismo pode atuar como instrumento, tanto na manutenção da hegemonia quanto na luta pela resistência à dominação.

Além desta análise específica, também nos interessa produzir um apanhado teórico a respeito dos conceitos de representação identitária na mídia, levando em conta, principalmente, os aspectos das minorias, em especial os autores Kathryn Woodward (2001) e

Jesus Martín-Barbero (2006).

De acordo com Ana Carolina Escosteguy (2001), quatro grandes áreas de análise surgem na América Latina com a abordagem dos Estudos Culturais: a influência da política econômica internacional na cultura dependente, os meios de comunicação e a democratização dos mesmos, as comunicações populares e alternativas e o papel dos meios massivos nas culturas nacionais (ESCOSTEGUY, 2001). A autora também centraliza que esses dispositivos politizados de pesquisa também são uma influência da atuação dos movimentos sociais, com uma vasta agenda de pautas e reivindicações, bastante eferescentes nas décadas de 1970 e 80 no continente. Todo esse movimento desloca a cultura também para o ambiente de transformação social, e não mais apenas aos eixos de reprodução no âmbito midiático.

Para pensar a importância das representações na mídia

Refletimos o conceito de representação com base no aporte teórico dos Estudos Culturais, através das noções de identidade e diferença, pensando em seu caráter relacional. Portanto, a representação das identidades parte de uma concepção que se reconhece pela diferença. Para Hall (1997), as identidades são construídas no interior do âmbito da cultura – onde os significados são produzidos e os sujeitos emergem. Essa produção se dá discursivamente, por meio da linguagem, através de sistemas classificatórios que estão alicerçados nas relações de poder presentes nas sociedades em que se encontram.

Como nos lembra Lefebvre (1980), a re-presentação é “presentação” – porém debilitada e ainda ocultada. Nesse aspecto, a representação é aquilo que está sendo, e não necessariamente o que é ser (LEFEBVRE, 1980, p. 19). O que está “pintado” na mídia sobre os povos indígenas (em seus termos, imagens e discursos) é o que acaba sendo sobre esses mesmos povos, em um sentido de conceituá-los e torná-los “palatáveis” ao

público em geral. Hall (2003) problematiza que os sistemas de representação seriam os significados pelos quais representamos o mundo para nós mesmos e para os demais. O autor questiona: se não há práticas sociais fora do domínio do significado, seriam “todas as práticas simplesmente discursos?” (HALL, 2003, p. 179). Althusser (1970) é trazido então pelo autor a fim de lembrar que não há um enredo de ideias flutuando no espaço vazio. As mesmas se materializam diante das práticas sociais que as permeiam e – nesse sentido – “o social nunca está fora do semiótico” (HALL, 2003).

As práticas são, portanto, construídas na interação entre os seus significados e suas representações – tudo isso permeado pelo que os marxistas conceituam enquanto ideologia – conceito trazido aos Estudos Culturais e fortemente trabalhado a partir da perspectiva de Antonio Gramsci (2001). Situar as práticas sociais no discurso, porém, conforme avalia Hall (2003), não significa restringi-las apenas ao discurso.

A sociedade, dessa forma, constrói produz uma série de práticas ambientadas também no discurso, e a sua relação é que faz com que se produzam e se reproduzam práticas e sentidos – a partir também das representações desses sentidos. Seria a mídia, então, conforme apontam as pesquisas dos Estudos Culturais, este espaço de disputa ideológica, de produção e reprodução de sentidos, a arena onde a cultura é constantemente posta em conflito. “As pessoas que trabalham na mídia produzem, reproduzem e transformam o próprio campo da representação ideológica” (HALL, 2003, p. 180). É nesse sentido que a representação das mais diversas minorias na mídia é salutar para a sobrevivência discursiva desses povos, pois a sociedade tornou “[...] a conversão da comunicação no mais eficaz motor do deslanche e inserção das culturas - étnicas, nacionais ou locais - no espaço/tempo do mercado e das tecnologias” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 53).

As ideologias, também de acordo com Hall, são os sistemas de representação materializados em práticas. A compreensão de que seriam “sistemas”, no plural, advém da

noção de que os mesmos não são únicos e funcionam por meio de “cadeias discursivas” (HALL, 2003, p.180). Ainda que as representações perpassem pelas práticas e pelas cadeias discursivas inseridas em um contexto social, é importante lembrar, conforme conceitua Lefebvre (1980), que as representações também são oriundas do interior do sujeito, contemporâneas à constituição desse mesmo sujeito, “tanto na história de cada indivíduo quanto na gênese do indivíduo em escala social” (LEFEBVRE, 1980, p. 20). É através dos significados que são produzidos a partir das representações que damos sentido à vida, pois a representação inclui “práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos” (WOODWARD, 2000).

O discurso jornalístico circula amplamente através das notícias e fornece importantes bases na produção de conteúdo simbólico, incidindo significativamente na cultura de determinada sociedade. Na definição de Stuart Hall:

Discursos são formas de se referir ou construir o conhecimento acerca de um tópico particular da prática: o agrupamento (ou formação) de idéias, imagens e práticas, que propiciam formas de falar, formas de conhecimento e conduta associadas a um tópico particular, a atividade social ou a localização social na sociedade. Estas formações discursivas, como são conhecidas, definem o que é e o que não é adequado em nossa formulação e em nossas práticas em relação a determinado assunto ou localização de atividade social; qual conhecimento é considerado útil, pertinente, “verdadeiro” nesse contexto; e que tipo de pessoa ou “sujeito” incorpora tais características (HALL, 1997, p. 5-6).

Esse processo de gerar significados através do discurso torna visível a participação do jornalismo na construção das realidades sociais. Os discursos jornalísticos são produzidos através de determinadas visões de mundo e, através dos processos de significação, constroem um universo de valores no qual consolidam supostas “verdades”.

Onde estão os povos indígenas?

Neste aspecto, de reconhecimento do outro e de si mesmo, é que a mídia desempenha um papel fundamental na questão das representações identitária, pois conforme aponta Silverstone (2005), a mediação das nossas experiências diárias e cotidianas é feita por ela.

Ao mesmo momento em que vivemos em uma sociedade midiaticizada, profundamente marcada pela presença da mídia nos mais diversos suportes técnicos, com uma disponibilidade enorme de dispositivos de comunicação e de informação diária, conforme pontua Martín-Barbero (2003), nossas sociedades são também, simultaneamente, “sociedades do desconhecimento”, ainda que repletas de informações. Não reconhecemos a pluralidade e a diversidade de culturas e essa consequência é um esvaziamento do discurso sobre as diferenças dos povos indígenas na mídia brasileira. Os saberes populares, por mais que sejam compartilhados por diversos segmentos da sociedade (incluindo as minorias indígenas), “[...] não estão sendo incorporadas/integradas como tais nem aos mapas da sociedade e nem sequer aos de seus sistemas educativos” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.55).

O que hoje não está efetivamente representado na mídia dos povos indígenas tem uma profunda relação com a inclusão/exclusão em nível global das identidades, compreendendo que as minorias que não são consumidoras - e nem consumíveis - sofrem com a exclusão do espaço midiático massivo. Sodré (2005) faz a distinção para explicar quais seriam as características das minorias, compreendendo que a minoria é um lugar na sociedade - um espaço onde há uma constante disputa discursiva e ideológica, inclusive de poder e contra-hegemonia, na busca da transformação da sociedade.

A importância da representação está no nível de superar a invisibilidade. Como salienta Martín-Barbero (2003, p.63), “[...] para que a pluralidade das culturas do mundo seja politicamente levada em conta, é indispensável que a diversidade de identidades nos

possa ser contada”. Ainda que representar o irrepresentável (RESENDE, 2005) esteja posto às rotinas de produção jornalísticas, é necessário pluralizar as abordagens postas sobre os indígenas – seus mais diversos povos, costumes, idiomas e culturas.

Diante do desenraizamento em que vivem hoje os povos indígenas, problematizar acerca do reconhecimento, conforme aponta Martín-Barbero (2003), é elencar que os povos têm direito, em termos de cidadania, à participação e intervenção nas decisões que afetam seu viver e direito à expressão nas mídias de massa e comunitárias (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 67). O que percebemos hoje, em nível nacional, é a formação de outros pontos – para além de uma mídia tradicional consolidada em oligopólios de informação – que promovem outras abordagens a respeito das pautas centrais elencadas pelos povos indígenas nas últimas décadas. Veículos – sustentados por representantes dos povos indígenas ou por organizações midiáticas não-tradicionais – são criados e impulsionados no ambiente da internet, espaço onde canais alternativos são organizados e discursos contra hegemônicos trabalhados tanto nesses mesmos veículos quanto no espaço de redes sociais na internet. Para Serrano (2013), o público enxerga uma crise nos mercados tradicionais da informação, formados por oligopólios midiáticos nutridos de veículos hegemônicos. Além disso, o autor aponta que a população enxerga na internet um espaço confiável onde não haja apenas mera reprodução de conteúdo, “[...] mas a oferta de fontes originais, coletivos sociais, intelectuais e profissionais honestos que nem sempre são aceitos nos veículos tradicionais” (SERRANO, 2013, p.151). Diante desse aspecto, Serrano aponta que

[...] além das facilidades técnicas da internet, que todos conhecemos, há uma demanda cidadã que exige uma perspectiva alternativa à informação e às análises dominantes. Ela é representada pelos meios cujo princípio existencial não é a participação no mercado, não tem fins lucrativos, não são propriedades de acionistas e não condicionam seus conteúdos à receita publicitária. Seu objetivo é dar voz aos coletivos sociais e aos povos que lutam

por sua soberania e pela melhora de suas condições de vida com justiça social. (SERRANO, 2013, p. 151).

Esta ambiência midiática alternativa pode trazer outros pontos centrais aos discursos que estão inseridos no contexto cultural, por sua vez um forte aspecto formador das representações identitárias.

Identidade e minorias

Antônio Gramsci, em sua obra *Cadernos do Cárcere* (2001; 2002; 2007), analisa o conceito de hegemonia, descrevendo-o como processo em que um grupo ou classe social exerce o poder sobre outros grupos ou classes sociais. É a condição na qual os grupos subordinados aceitam ou toleram a autoridade sem a necessidade de aplicação da força. Na perspectiva gramsciana, o papel dos jornais, na figura da opinião pública, é reforçado como instrumento hegemônico utilizado pelas classes dominantes para a manutenção do poder:

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p. 265)

Considerando hegemonia como a dominação social de certo grupo, exercido não por força bruta, mas por dinâmicas culturais que se estendem à vida privada e estabelecem determinados padrões, podemos também entender a mídia, as instituições de educação, a igreja e a ciência como canais pelos quais essa hegemonia pode ser estabelecida. Essa dominação é exercida por poucos indivíduos e construída em oposição a todos os demais. Nas sociedades capitalistas ocidentais, a identidade hegemônica é representada

pelo homem-branco-rico-heterossexual-cisgênero. E é por meio da sociedade miditizada que tal grupo faz circular interpretações, significados e sentidos sobre determinados fatos, contribuindo para a manutenção da dominação ideológica sobre todos os demais.

As minorias – sociais, étnicas ou de gênero – sempre estiverem em um espaço de disputa com a hegemonia. Essa mesma disputa aparece nas nuances dos discursos produzidos e reproduzidos pela mídia em contexto hegemônico. A minoria, enquanto um conceito qualitativo, é um “fluxo de mudança que atravessa um grupo” (SODRÉ, 2005, p. 12). Esse fluxo é, portanto, um lugar perpassado pelo desejo de transformação. O lugar da minoria é onde se “animam os fluxos de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual” (SODRÉ, 2005, p.12). A intenção da minoria, conforme aponta Sodré (2005), está inserida no contexto de luta contra-hegemônica. Além desse elemento, o autor ainda aponta outros três pontos importantes   compreensão do que são e onde se inserem as minorias: a característica de vulnerabilidade jurídico-social (está excluída da institucionalidade vigente), a identidade *in statu nascendi* (a sobrevivência do eterno recomeço, independente do tempo de existência de uma determinada minoria) e as estratégias discursivas (nesse ponto, o elemento que mais se associa   média, pois compete o conceito das práticas discursivas e a es que constituem os principais recursos de luta desses grupos minoritários). A conceitua o de Sodré (2005)   cara para compreendermos como os povos indígenas hoje estão situados em um contexto de minoria – precisando chamar a aten o para as suas principais pautas e ainda relacioná-las com uma luta corpo a corpo.

Nesse cenário, a minoria   também, dentro da esfera de luta contra hegemônica, a “recusa do consenso” (SODRÉ, 2005). A domina o hegemônica não se constrói passivamente, ela se renova continuamente. Com a cria o de símbolos culturais hegemônicos, produzidos na posi o de poder e reproduzidos pela m dia, criam-se valores entendidos como legítimos pela sociedade. Assim, sendo a hegemonia a domina o pelo consenso,

o espaço contra hegemônico hoje é ocupado por movimentos sociais, lutas específicas de minorias e, também, por veículos midiáticos que abordem essa temática de outras formas, ou em um discurso de recusa do consenso, na atualidade. O jornalismo é instrumento, também, nesta luta pela instauração de uma contra hegemonia. Para Gramsci (2001) uma força contra hegemônica pode ser reconhecida como tal na medida em que consegue intervir e alterar determinada estrutura social, formando uma nova hegemonia constituída por classes dominadas.

Sendo uma das principais reguladoras das relações contemporâneas, a mídia, de acordo com Paiva (2005), infere que “[...] a compreensão do consumo assume papel determinante”. Isso cria uma camada social inteira excluída dessa circulação de bens de consumo – as minorias que não são consumidoras ou/nem consumíveis. Na atual conjuntura, a mídia deixa de ser mera ferramenta de comunicação e se apresenta como importante artefato na luta dos movimentos minoritários. Para Barbalho (2004, p. 4) “é a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos”. Assim, ocupá-la deve ser tarefa primordial das políticas das diferenças dando vazão à luta das minorias no que ela tem de mais radical: poder falar e ser escutada.

A representação dos povos indígenas em diferentes abordagens

Para analisarmos a representação dos povos indígenas na mídia, realizamos um recorte situacional específico: o Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília entre os dias 13 e 16 de abril de 2015, e sua repercussão em três canais distintos. O primeiro, uma reportagem publicada no site do G1, portal de notícias ligado às organizações Globo; o segundo, reportagem publicada pelo Portal EBC (Agência Brasil) e o terceiro, a primeira de uma série de quatro reportagens publicadas no site revista o Viés, produção independente localizada em Santa Maria (RS). A escolha pelos veículos se explica pela necessidade de abordarmos a questão da representação dos povos indígenas a partir de

perfis editoriais diferentes, que versam entre um meio massivo e hegemônico (nos termos de Gramsci) ou através de uma perspectiva ideológica contra hegemônica.

O interessante de ser observado nas três reportagens é um início situacional. As três abordagens versam a respeito das indumentárias e costumes indígenas, porém, as reportagens publicadas pelo G1 (Indígenas fecham a Esplanada e fazem ato em frente ao Planalto)⁵ e pelo Portal EBC (Indígenas protestam contra PEC que transfere demarcação de terras para o Congresso)⁶ trazem um recorte mais exótico acerca dos povos indígenas.

Ao começo da reportagem publicada no Portal EBC, o trecho “Com danças, músicas e rituais típicos, os indígenas que estão acampadas no gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, protestaram na tarde de hoje (14)” traz uma ambientação a respeito dos costumes culturais indígenas mais fortes – e que mais costumam aparecer na representação desses povos, independente de sua vertente. As músicas e rituais indígenas, por mais diferentes que sejam em essência, são um ponto salientado no momento em que aparecem em produtos midiáticos diversos. Um trecho disponibilizado na reportagem publicada pelo G1, “Com arcos, flechas e rostos pintados, os indígenas estavam concentrados em frente ao Palácio do Planalto e bloqueavam três das seis faixas da via às 13h”, novamente retrata a mesma preocupação de definir os povos indígenas através de elementos que remetem à forma como os mesmos são situados em nossa cultura ocidental. Os elementos “arco”, “flechas” e “rostos pintados” definem a representação dos indígenas perante uma cultura que é posta como diferente - até mesmo “exótica”.

Nesse aspecto, podemos reforçar a denominação posta por Woodward (2000) de que a identidade é relacional: para uma identidade existir, ela depende de algo que está fora dela, é “marcada pela diferença” (WOODWARD, 2000). Além da condição relacional, a identidade funciona por meio de símbolos, pois, “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que a pessoa usa” (WOODWARD, 2000) - a identidade é simbólica e social. A identidade dos povos indígenas é representada em parte pelo aspecto

⁵ Disponível em: www.g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/04/indigenas-fecham-esplanada-e-fazem-ato-em-frente-ao-planalto

⁶ Disponível em: www.ebc.com.br/noticias/2015/04/indios-protestam-contra-pec-que-transfere-demarcacao-de-terras-para-o-congresso

relacional – dos objetos que eles usam e que os caracterizam, dos elementos que eles são e os demais brasileiros não o são, reforçando a identidade pela diferença. E, como pontua a referida autora, essas mesmas diferenças estão postas em níveis diferentes – entre mais e menos importantes. É também, como pontua Bauman (2005), uma forma de hierarquização de identidades, elencando as que seriam prioritárias e/ou centrais no meio social, em detrimento daquelas que são negligenciadas.

Na reportagem da revista *O Viés*, destacamos o contrário. Em “O Estado brasileiro não está preparado para lidar com essa diversidade”, a descrição dos elementos comuns aos povos indígenas é feita valorizando a diferença, sem afastá-las da realidade social. O trecho “dezenas de tendas, centenas de barracas e uma multiplicidade infindável de cores, pinturas, fisionomias, cocares, adornos e artesanatos ocuparam o espaço vazio [...]” revela uma preocupação em representar com verdade os valores culturais, artefatos de pertencimento e identidade dos povos presentes, muito além dos “arcos” e “flechas”. Segundo Woodward (2000), nos sistemas de hierarquização, as identidades são organizadas e divididas entre “nós e eles”. A diferença quando exposta de forma negativa, é projetada no outro, tornando-o domínio da diferença, sendo marginalizado e excluído. Por outro lado, quando vista de maneira positiva, implica em fazer da estranheza e do conflito que ela engendra uma fonte de conhecimento e enriquecimento.

O uso do termo “índio” também afere uma ingenuidade em relação às pautas dos povos originários: a utilização dos termos “povos indígenas” e “povos originários”, uma demanda dos próprios grupos, engloba as diferenças e - principalmente - a diversidade que comporta os mais de 300 povos que habitam no Brasil. O Guia de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas⁷, formulado pela Organização das Nações Unidas (ONU), também aponta para outro elemento importante na utilização do termo “povos indígenas”: a agregação das mulheres indígenas à pauta. O uso do gênero masculino apenas (“os indígenas”, por exemplo) invisibiliza dentro da invisibilidade: retira as mulheres indígenas da arena do

⁷ Disponível em: www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf

discurso, poderosa ferramenta da ambiência da mídia. A opção pelo uso do termo “povos indígenas” é, portanto, um reconhecimento da pluralidade de culturas desses grupos e a sua existência anteriormente à chegada europeia no continente americano - além de uma condição que agrega as mulheres indígenas.

O título trazido pela reportagem publicada na revista o Viés (“O Estado brasileiro não está preparado para lidar com essa diversidade”)⁸ já problematiza esse elemento caro à diversidade. A própria anuidade e ausência de políticas públicas (suficientes) por parte do governo brasileiro já esbarra na dificuldade de se lidar com essas mesmas diferenças. Outro ponto a ser destacado é que apenas a reportagem da revista o Viés noticiou a multiplicidade de etnias indígenas presentes na Mobilização Nacional Indígena deste ano: “A cultura destes povos – no plural – resiste e se mantém viva [...]”. Tal pluralidade, fincada logo de início, também é percebida em diversos trechos e fotografias que compõem o texto. As demais reportagens, através da utilização do termo “índio”, não só revelam a despreocupação por uma representatividade justa destes povos, como também uma tentativa de reduzir os povos originários a uma categoria de “indíos” homogêneos, negando-lhes suas características e identidades individuais enquanto grupos distintos.

Com relação à produção de reportagens, notícias e matérias sobre demandas dos povos indígenas brasileiros, não podemos negligenciar a importância das condições e rotinas de produção do discurso jornalístico (o tempo de apuração e fechamento nas redações, carga horária dos profissionais, competências profissionais etc). Porém, a opção em abordar as pautas dos povos indígenas sempre em conteúdos mais imediatistas, com pouca profundidade, já é uma pista importante para compreendermos o que é central na abordagem midiática (principalmente no campo jornalístico). O papel dos meios de comunicação, para Bauman (2005, p.104), está em “fornecer a matéria bruta que seus leitores/espectadores usam para enfrentar a ambivalência de sua posição social”. Ainda segundo o autor, há uma multidão que tem acesso negado à versão real de determinados

⁸ Disponível em: <http://www.revistaovies.com/reportagens/2015/05/o-estado-brasileiro-nao-esta-preparado-para-lidar-com-essa-diversidade/>

fatos e a elas a mídia fornece uma “‘extraterritorialidade virtual’, ‘substituta’ ou ‘imaginada’” (BAUMAN, 2005, p.104).

Nos termos de Sodré (1999), a mídia é uma espécie de “intelectual coletivo” do poderio que “controla” o imaginário nacional e internacional, levando seus valores, muitas vezes calcados em elementos da propriedade privada, da hegemonia e das elites. Sodré (1999) também reforça que o surgimento da mídia brasileira cunhou-se em “feudos”, no contorno de sujeitos e empresas controladoras da economia e representantes dos grupos dominantes. Portanto, a mídia hegemônica “[...] se empenha em consolidar o velho entendimento de povo como ‘público’, sem comprometer-se com causas verdadeiramente públicas nem com a afirmação da diversidade da população brasileira” (SODRÉ, 1999, p. 244). Esse último elemento é também uma pista dos motivos pelos quais a diversidade cultural dos povos indígenas costuma não ser representado pelos veículos da mídia hegemônica.

Como aponta Sodré (1999), há um pacto social implícito de invisibilização dos mecanismos discriminatórios. Quando eles emergem na sociedade, até podem gerar repúdio, porém, são a manifestação de que a coexistência de diferentes culturas não é um elemento totalmente pacífico.

O jornalismo deve representar a diversidade de pensamento das sociedades, sendo determinante a relação entre jornalistas e fontes de informação na construção do discurso midiático. Somente a pluralidade de vozes e de atores sociais pode configurar o jornalismo enquanto esfera representativa da diversidade social em que estamos inseridos. Entretanto, é comum encontrarmos discursos jornalísticos unilaterais, baseados no uso exclusivo de fontes oficiais. Para Hall (1993), a preferência por fontes oficiais, quando materializada sob a forma de notícia, legítima e reforça a autoridade de quem fala; à medida que tais fontes frequentemente reproduzem valores hegemônicos, os discursos jornalísticos deixam de ceder espaço para opiniões contrárias e para demandas das minorias

sociais e políticas.

Através do mapeamento das fontes utilizadas nas reportagens analisadas neste trabalho, percebemos a dificuldade dos jornais de ampliarem e diversificarem as fontes consultadas. Na matéria publicada no site do G1, nenhum representante ou liderança indígena é diretamente citado na matéria, nem seu discurso (na forma direta) é posta na construção do texto. A sensação da leitura transparece que o sujeito indígena foi negligenciado em sua manifestação pelo texto da matéria. Esse elemento costuma se repetir em reportagens a respeito das demandas: o silenciamento através da ausência de fontes indígenas.

Já na reportagem do Portal EBC, percebemos a presença de três fontes principais: duas delas pertencentes a coordenadores da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a terceira vinda de um integrante da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Porém, ressaltamos que por trás de aparentes polifonias, onde se encontram múltiplos locutores, não raro escondem-se discursos essencialmente monofônicos, que reproduzem visões correntes no senso comum e reforçam hierarquias. A reportagem publicada pela revista *o Viés*, em contraponto, traz as fontes principais como sendo representantes de diferentes povos indígenas - nomeando os grupos aos quais pertencem e reproduzindo, em discurso direto, as falas de alguns dos representantes desses grupos. Como aponta Sodré (1999), a diferenciação tem mais relação com “possibilidades” do que com, propriamente, identidades. “A diferença não é um ponto de partida, mas de chegada” (SODRÉ, 1999, p. 15).

Entendemos que a condição para a democracia está nas condições de visibilidade das minorias sociais e políticas. A tensão entre nós e os outros presente nos veículos de imprensa tradicional confere um tratamento estereotipante e estigmatizador às identidades divergentes da norma dominante. É dando voz à pluralidade de atores sociais que o jornalismo cumpre seu papel enquanto instrumento capaz de romper com o status quo e

consequentes desigualdades.

Considerações finais

Em muitos períodos da história brasileira (e, em um contexto macro, latino-americana), os povos indígenas foram dizimados pelo poder da força do “homem branco”. Vidas foram ceifadas nas mais diversas tribos, dos mais diversos povos. O contexto geopolítico atual do Brasil segue sendo um espaço de tensão entre as demandas dos povos indígenas e os interesses econômicos nacionais (e internacionais). A violência imposta aos povos indígenas ultrapassa a força e se respalda também no discurso - um discurso que é construído pela e na ambiência midiática. Como vimos anteriormente neste artigo, a coerção eficiente não advém apenas da força, ela necessita do convencimento (sendo esse o elemento de base do conceito de hegemonia de Gramsci). Os meios de comunicação situam-se na esfera do convencimento, pois operam pelo discurso.

Nesse sentido, há, então, uma disputa (no campo do discurso) de sentidos e representações dos povos indígenas. Um polo reforça estereótipos e estigmas - quando, por sua vez, não acaba silenciando os sujeitos, por meio da ausência de fontes indígenas no discurso jornalístico; por meio do esvaziamento de pautas que toquem (para além da superficialidade) nas demandas dos povos originários. Outro polo, porém, baseando-se na esfera da comunicação mais voltada aos interesses das minorias, começa a trabalhar com as representações mais plurais dos povos indígenas. O que se percebe é um cuidado com os termos e com as diversidades representáveis, além de uma potencialidade em explorar de maneira mais profunda as pautas que são caras aos direitos e reivindicações indígenas.

Assim, neste trabalho, procuramos entender o campo jornalístico a partir da sua natureza pública e compromisso social. Questionamos sua atuação enquanto lugar de fala legitimado sobre a realidade e na definição de papéis e afirmação de valores e sentidos.

Afirmamos que, enquanto discurso, o jornalismo tem o dever de representar a diversidade de pensamento e dar lugar à pluralidade de vozes que emergem na sociedade contemporânea. Entretanto, enxergamos o discurso jornalístico ainda influenciado pela norma dominante que rege os comportamentos sociais e perpetua valores e significados.

O acesso ao discurso é distribuído de forma desigual, ou seja, nem todos os segmentos sociais encontram igual acesso à mídia. O jornalismo é representante da dominação simbólica das elites, na qual as minorias têm pouco ou nenhum acesso. Assim, é comum vermos reportagens jornalísticas que selecionam e destacam apenas aspectos negativos e estereotipados das minorias. Nesse sentido, o debate sobre a representação identitária dos povos indígenas no âmbito do jornalismo pode ser realizado a partir da crítica a interferência de tais elites como barreira para a visibilidade das minorias sociais, étnicas, sexuais e de gênero e consequente diminuição de desigualdades.

Referências

BARBALHO, Alexandre . Minorias, biopolítica e mídia. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004, Porto Alegre. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004. CD-Room.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 1.

_____. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. 3.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, 1997, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez.

_____. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editoria, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis (Org). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MORAES, D. (org.); RAMONET, I.; SERRANO, P. Mídia, poder e contrapoder: da comunicação monopólica à democratização da informação. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

RESENDE, F.M. Cidade, comunicação e cultura: a diferença como questão. Logos, Rio de Janeiro, v.1, n.22, p. 118-136, 2005.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: Comunicação e cultura das minorias. BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (org.). São Paulo: Paulus, 2005.

_____. Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

WOODWARD, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T.; S. HALL, S.; Woodward, K. (orgs.), Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.

Olhares Invisíveis

Retratos da Aldeia Guarani de Santa Maria

Nicole Sturmer Saft¹; Carolina Escher Gonçalves²; Cristina Pietczak³;
Jéssica Loss⁴; João Moro de Oliveira⁵; Marília Dias dos Santos⁶;
Matheus Ribeiro Santi⁷; Nadine Kowaleski Ribeiro⁸; Mariana Henriques⁹;
Rogério Saldanha¹⁰; Flavi Ferreira Lisboa Filho¹¹

Este texto foi apresentado sob a forma de artigo no Expocom Sul 2015

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido na disciplina de Comunicação e Cultura do 4º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria. Com o propósito de enxergar uma sociedade a partir das diversidades culturais e com o objetivo de conhecer uma cultura diferente, foram realizadas visitas às aldeias indígenas de Santa Maria, RS. O grupo realizador deste trabalho visitou a comunidade guarani, e fez registro de seu cotidiano por meio de fotografias. São, ao todo, doze retratos em preto e branco dos indígenas, as fotos destacam os rostos, as expressões e os olhares, buscando dar visibilidade aos indígenas da cidade.

Palavras chave: fotojornalismo; cultura; indígenas guarani; Santa Maria.

1 Introdução

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 896.917 indígenas. Destes, 36,2% moram em área urbana e 63,8% em área rural. Ainda segundo o IBGE (2010), as terras indígenas somam 106,7 milhões de hectares, 12,5% do território nacional. Porém, nessas terras, há apenas 517,4 mil indígenas.

De acordo com Pellegrini (2015), o Brasil possui cerca de 70 mil grandes propriedades rurais improdutivas (latifúndios), que detém 228 milhões de hectares. Estas

¹ Aluno líder do grupo e estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Jornalismo;

² Estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Jornalismo;

³ Estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Produção Editorial;

⁴ Estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Jornalismo;

⁵ Estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Produção Editorial;

⁶ Estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Produção Editorial;

⁷ Estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Jornalismo;

⁸ Estudante do 5º Semestre do Curso Comunicação Social Jornalismo;

⁹ Docente orientada e mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM;

¹⁰ Docente orientado e mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM;

¹¹ Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Ciências da Comunicação.

terras são, muitas vezes, apropriadas por meio de ocupação de terras indígenas, zonas sob proteção ambiental e por meio da grilagem¹³.

Em termos históricos, logo após a Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864-1870, aconteceu uma profunda mudança no modo de vida dos povos guaranis, provocada pelos não índios. Os grandes latifúndios começaram a nascer, explorando as terras que antes eram por eles ocupadas. A rotina dos povos que viviam nessas terras, principalmente ao sul do Mato Grosso, vem sendo fortemente atingida pela exploração econômica desde aquele período. A exploração, que começou com a erva-mate, se estendeu ao cultivo da soja, em 1970, e da cana-de-açúcar, em 1980, causando forte impacto na cultura indígena, principalmente na guarani, afetando suas crenças e sua espiritualidade. (LISBOA FILHO et al, 2014, p. 13)

Vários povos indígenas tiveram suas terras tomadas, foram expulsos delas e muitos morreram nesse processo. A demarcação das terras pode ser vista como uma das formas encontradas pelas autoridades para sanar a dívida histórica com estes povos. Esta demarcação é um meio legal para delimitar as áreas indígenas, entretanto é um processo longo, com vários empecilhos em sua execução.

Na cidade de Santa Maria, RS, existem duas comunidades indígenas: os Kaigan-gs e os Guaranis Mbya. A comunidade Kaigang Kentyjug Tengtu ocupa um terreno perto da rodoviária da cidade, onde cerca de 13 famílias acampam permanentemente, enquanto muitas outras acampam provisoriamente no decorrer do ano. A tribo é marginalizada, e sofre com xenofobia e preconceito, sendo alvo de ameaças e violência.

Já a tribo Guarani Mbya de Santa Maria, em 2012, conseguiu sair das margens de uma rodovia onde moravam, para uma terra recentemente cedida pelo Governo Estadual, onde conseguiram estabelecer a Tekoá Guaviraty Porã¹⁴.

A Tekoá não pode reduzir-se à propriedade privada de um pedaço de ter-

¹³ Grilagem consiste na apropriação indevida de terras públicas por meio da falsificação de documentos. O termo grilagem foi cunhado devido a uma das técnicas de falsificação, que consistia em guardar as escrituras falsas em uma caixa junto com grilos, estes roíam os documentos e faziam seus excrementos em cima, dando um aspecto de envelhecido ao papel.

¹⁴ Tekoá são as aldeias guaranis.

ra; a Tekoá é a terra manejada segundo o tekó. O fundamental evidentemente é o tekó, ou seja, os costumes, os valores, as referências éticas e obrigações sociais de um conjunto de famílias unidas pela mesma linguagem. (MELIÁ, 2004, p.70).

Entretanto, a aldeia guarani ainda enfrenta diversas dificuldades. Eles não têm acesso à totalidade do terreno, e são perturbados por vizinhos não indígenas que habitam o local. Segundo Miotto (2015), parte do território estava cedido à Fundação Educacional para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Ensino (FUNDAE) e, a partir de 2015, iria passar para a tribo. Entretanto, os equipamentos da FUNDAE ainda estão no local, e um guarda municipal faz rondas diárias nos limites da aldeia. Os prédios existentes no terreno abrigariam a escola bilíngue da comunidade, uma sala de reuniões e um posto de saúde indígena. Além disso, os treze banheiros prometidos e construídos ainda não possuem água e luz. As chaves dos prédios e dos banheiros não foram entregues à aldeia e o Ministério Público Federal (MPF) se mantém calado.

2 Objetivo

O presente trabalho foi desenvolvido na disciplina de Comunicação e Cultura do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria, durante o segundo semestre de 2014. A proposta era conhecer uma cultura diferente e aprender com ela. Diante da situação crítica vivida pelos indígenas da cidade, decidiu-se trabalhar com esta temática, na tentativa de relevar como é o dia a dia desses indígenas, por meio do fotojornalismo, mostrar como vivem e tentar diminuir o preconceito associado a eles. Além disso, o grupo teve como objetivo dar visibilidade à causa indígena, conseguir a atenção dos cidadãos de Santa Maria e, conseqüentemente, pressionar as autoridades por melhorias na situação destes moradores. A preocupação constante ao longo do trabalho foi não retratar esta cultura como “o exótico” e sim a sua cotidianidade, seus

hábitos, costumes e valores.

A disciplina é ministrada para os quatro cursos da Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria (jornalismo, produção editorial, publicidade e propaganda e relações públicas) que são divididos em duas turmas. A partir dessas turmas, foram formados grupos menores que trabalhariam com uma das duas tribos indígenas da cidade, a Kaingang ou a Guarani. A proposta foi que cada grupo desenvolvesse trabalhos diferentes, a partir dos mais variados suportes midiáticos e vieses comunicacionais. O presente grupo trabalhou com a tribo guarani e escolheu o fotojornalismo para retratar a realidade indígena, através de expressões, olhares e situações cotidianas.

3 Justificativa

Toda a fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho. (KOSSOY, 1989, p.33)

O fotojornalismo busca fotografar a realidade, ilustrar os fatos por um viés jornalístico. Não exclui, entretanto, a pessoa por trás da câmera, e a estética empregada. O fotojornalista carrega consigo uma bagagem cultural, social, política, e, inevitavelmente, isso se reflete em suas fotografias. Dessa forma, as fotos não são somente um registro da realidade ou uma prova de que algo de fato aconteceu. Para Moraes (1999, p. 22) “existe um olhar consciente por trás da fotografia de documentação, que não apenas procura registrar um real diante da câmera, mas expressar-se criativamente de forma individualizada. E talvez seja este, o valor maior da documentação fotográfica”.

Cada grupo era livre para decidir como fazer o trabalho. Alguns grupos abordaram a questão indígena através de documentários de curta-metragem, reportagens em áudio, desenhos das crianças indígenas, fotografias demonstrando como vivem em meio

à cidade, entre outros. Este grupo resolveu se utilizar da fotografia documental, fazendo retratos em preto e branco do dia-a-dia indígena guarani. A escolha foi facilitada por integrantes do grupo possuírem câmeras fotográficas semiprofissionais e se interessarem pela área de fotojornalismo.

Primeiramente, decidiu-se fazer retratos de algumas pessoas, com uma pequena declaração escrita sobre seu cotidiano, que os próprios fotografados forneceriam. Entretanto, tal ideia se demonstrou inviável, pois grande parte da tribo não sabia falar português. Foram feitos, então, retratos das pessoas tais como estavam, sem chamar a atenção. A escolha do preto e branco se deu após algumas discussões, optou-se, então, que as imagens seriam assim porque tais tonalidades passam mais emoção, conseguem chamar mais atenção para expressões, não distraem tão facilmente. Uma das inspirações para esse pensamento veio do fotógrafo Sebastião Salgado, que acreditava que “a cor o impede de se concentrar na dignidade da gente, na densidade de suas atitudes ou de seu olhar. A cor tira sua atenção do que é importante no seu tipo de foto” (apud MORAES, 1999, p.55). Corroborando essa ideia, Silveira (2005, p.171) justifica o uso do preto e branco por sua facilidade em dar visibilidade às formas e texturas.

A fotografia em preto-e-branco é vista de uma maneira especial por supostamente não ter as cores do mundo visível real. Quando uma fotografia em preto-e-branco é observada, as texturas e formas dos objetos são mais facilmente percebidas, tornando-se “chaves” perceptivas para a memória da sua cor.

É importante destacar também que a fotografia em preto e branco não é uma fotografia sem cor, como muitas vezes é vista. Ela difere das cores reais, dando foco a outras questões da foto. Abre espaço para a imaginação, causa mais reflexão.

4 Métodos e Técnicas Utilizados

As fotos foram tiradas no dia 11 de novembro de 2014, na segunda visita à aldeia Guarani. Foi utilizada uma câmera Canon 60D, com lente zoom 18-200mm, material pessoal da fotógrafa, aluna líder deste trabalho. O ISO utilizado foi de 250, para ter uma maior qualidade das fotos, que foram tiradas em JPEG. As fotografias foram feitas em uma manhã nublada, porém bastante clara; sombras e fotos escuras devido ao baixo ISO, portanto, não se configuraram como um problema.

A abertura da lente foi a menor possível ($f/3.5 - 5.6$) para dar foco aos detalhes, e não a toda a cena. O foco foi feito nos rostos das pessoas, principalmente em seus olhos. Para que os fotografados não se sentissem acuados pela câmera muito próxima, as imagens foram feitas com uma aproximação média. As fotografias foram feitas enquanto as pessoas faziam suas tarefas normalmente. Foram tiradas mais de 200 fotografias, e escolhidas 12. As escolhas foram feitas ao se analisar quais fotos estavam mais bem focadas, menos poluídas, causavam maior impacto. As escolhidas foram editadas no Adobe Lightroom, colocadas, então, em preto e branco, tentando, ao máximo, manter o restante da fotografia original, mudando somente a cor.

5 Descrição do Produto ou Processo

Aldeia Guarani de Santa Maria é afastada da cidade e de difícil acesso. Foram feitas duas visitas, na primeira, a van que transportava os grupos não pode chegar até o local devido às más condições da estrada, restando caminhar até a aldeia. Esta visita foi feita na tentativa de realizar um contato inicial com a tribo, saber se aceitariam participar do trabalho, quais eram as suas reivindicações, observar o local e o que poderia ser feito. Além disso, esta aproximação primária ajudaria no convívio com os indígenas, na quebra de preconceitos e em uma abordagem mais natural na hora da efetiva realização dos trabalhos. Após uma semana, na qual a aldeia discutiu e aceitou

a proposta, voltou-se ao local, dessa vez com os equipamentos.

Devido a maior parte da tribo não saber falar o português, o intermédio foi feito pelo professor da aldeia. Muitos dos adultos estavam trabalhando, e as crianças estavam bastante curiosas, por isso, grande parte das fotos são de crianças.

Os grupos trabalharam durante toda a manhã. Alguns conversavam com o professor e com outros adultos da aldeia, anotando tudo o que ouviam. Outros observavam tudo, tentando absorver o máximo. Procuravam-se detalhes, alguma brincadeira das crianças, algum sorriso fora do lugar, algum olhar interessado. Então se tirava fotos, uma atrás da outra, com medo de perder algum momento especial.

Em um mundo em que parte das crianças passa o dia assistindo televisão e jogando videogames, fotos de crianças brincando na terra, sem medo de se sujar, chamam atenção e impactam. Essas fotos mostram sua ligação com a terra, como elas são alheias e não se preocupam com a vaidade que a sociedade impõe. Mostram como elas não têm medo de serem fotografadas como estão; como são.

Uma das mulheres tenta vender artesanato ao grupo, um dos modos como a tribo consegue se sustentar. Ela sorri. A aldeia já teve dias piores, agora eles têm terra. Ainda se vê olhares assustados, alguns com uma preocupação constante. Outros aparentam estarem marcados profundamente pelos sofrimentos que a vida trouxe, mesmo ainda crianças.

As fotos tentam passar todas essas sensações. Tentam mostrar como é e foi a vida dessas pessoas. Crianças brincando, indiferentes ou assustadas pela presença de não indígenas. Adultos preocupados com o presente e futuro.

Após todos os trabalhos serem editados e finalizados, organizou-se uma exposição intitulada “Olhares sobre a cultura indígena em Santa Maria” em um dos prédios da universidade. As fotos foram reveladas, foi posta uma televisão para passar os documentários, um computador para os áudios, os desenhos pendurados e os livros expos-

tos. Foi feita uma campanha para arrecadação de donativos para as tribos. A exposição durou quatro dias, de 16 a 19 de novembro de 2014. E em 2015 já teve sua segunda edição, entre os dias 13 e 20 de abril, em alusão às comemorações que marcam o “dia do indígena”, no Royal Plaza Shopping na cidade de Santa Maria – RS.

No último dia da primeira edição da exposição, um dos grupos trouxe as crianças da aldeia guarani à Universidade. Elas visitaram a exposição, fizeram um lanche ouvindo as músicas que um dos participantes do grupo tocava. Logo após, foram visitar o Jardim Botânico da Universidade, deram uma volta pelo campus e, ao fim, ganharam presentes.

6 Considerações

A situação indígena brasileira é extremamente problemática. Os indígenas querem sua terra, porém, são tratados com descaso. Existe um preconceito muito grande para com os eles, levando muitas vezes à violência física e morte. Não raras vezes ele se tornam invisíveis para a sociedade, que não percebe que eles estavam aqui muito tempo antes. Por viverem de um jeito diferente, muitos dizem que não merecem essa terra. Santa Maria não é uma exceção. As duas aldeias indígenas vivem em situações críticas: uma em meio à cidade, sendo marginalizada de diversas formas; outra vive afastada, não recebendo atenção às suas dificuldades.

A disciplina de Comunicação e Cultura é essencialmente teórica, e foi muito bom para as turmas ter esse contato, esse confronto de culturas e realidades. O aprendizado foi grande, e a oportunidade de ver na prática o que se aprende na teoria é gratificante. Os participantes do grupo ficaram muito satisfeitos em poder ajudar de alguma forma as aldeias. Seja mostrando para as pessoas como eles vivem, seja com as doações de brinquedos, material escolar, roupas e comida, seja ainda por poder proporcionar à tribo a oportunidade de visitar a Universidade, um lugar público, mas

com difícil acesso, principalmente a um grupo marginalizado como o deles. Mas, sem dúvida, o aprendizado de todos ao ter contato com uma cultura diferente da habitual fez perceber a diversidade cultural existente e a importância que todas as culturas têm.

A exposição trouxe felicidade para os participantes, que tiveram a oportunidade de ter seu trabalho reconhecido e valorizado. Dessa forma a relevância do tema e a qualidade do material produzido tornou possível a realização de uma segunda edição da exposição, e já foi feito convite por outra Intituição de Ensino Superior de Santa Maria para uma terceira edição. É outra oportunidade de mostrar para os cidadãos da cidade a situação das aldeias.

Ao término deste trabalho fica a certeza de que o fotojornalismo permite mostrar as pessoas uma visão de mundo diferente da hegemônica. É permitido denunciar, emocionar e causar reflexão. Fotografar a situação indígena de Santa Maria é passar adiante o que a aldeia sente. É chamar as autoridades para fazerem sua parte. Mostrar para as pessoas que o seu preconceito é infundado. É tentar fazer o invisível se tornar visível para todos.

Referências

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010: características gerais indígenas. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm>. Acesso em: 7 de abril de 2015.

KOSSOY, Bóris. Fotografia e História. São Paulo: Ática, 1989.

LISBOA FILHO, et al. Breve ensaio sobre a cultura indígena (guarani) no Brasil. Santa Maria, 2014. Não Publicado.

MELIÀ, Bartolomeu; TEMPLE, Dominique. El don, la venganza y otras formas de economía guaraní. Asunción del Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2004.

MIOTTO, Tiago. Os guarani querem sua Tekoa inteira. Revista O Viés, Santa Maria, 20 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2015/03/os-guarani-querem-sua-tekoa-inteira/>>. Acesso em: 2 de abril de 2015.

MORAES, Ana Maria Limade. A construção e um olhar dentro da fotografia de documentação: análise de algumas séries de Sebastião Salgado. Dissertação (Mestrado em Múltiplos Meios), Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PELLEGRINI, Marcelo. O Brasil tem latifúndios: 70 mil deles. Revista Carta Capital, São Paulo, 06 janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html?utm_content=bufferd4150&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em: 4 de abril de 2015.

SILVEIRA, Luciana Martha. A cor na fotografia em preto-e-branco como uma flagrante manifestação cultural. Revista Tecnologia e Sociedade, n1, Curitiba, out. 2005.

Docência orientada uma experimentação profissional¹

Mariana Henriques²
Rogério Saldanha³

A Disciplina de Docência Orientada, entre as demais disciplinas ofertadas no curso de pós-graduação em Comunicação, visa proporcionar ao aluno uma vivência no mundo acadêmico, colocando em prática as teorias até então estudadas, e oferecer a formação complementar necessária à sua futura carreira acadêmica. É um estágio de transição entre a vida estudantil e a profissional, sendo o momento em que colocamos nossos conhecimentos a disposição da comunidade discente, vivenciando de forma realística a tarefa de “ser professor”. Esta aproximação com os alunos, estudantes de graduação, além de enriquecer e atualizar nossa formação acadêmica, nos oportuniza vivenciar de maneira mais ativa as rotinas de sala de aula enquanto professor, as dificuldades, os desafios, e, também, as recompensas e alegrias dessa atividade.

A prática da docência orientada foi realizada por nós no segundo semestre de 2014, na disciplina de Comunicação e Cultura, ofertada para o 4º semestre dos Cursos de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria – Jornalismo, Produção Editorial, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas -, sob orientação do professor Flavi Ferreira Lisboa Filho. Ministrando uma disciplina de cunho teórico para alunos que, em sua maioria, desejam exercer o quanto antes sua futura profissão de um modo prático, é o primeiro desafio encontrado. É preciso que a disciplina tenha importância para além da sala de aula e dos textos lidos, mas que se torne relevante de modo particular na vivência de cada estudante.

Maria Aparecida Baccega (1996, p.1) compara nossa existência a um trem que está de passagem, diz que, quando nascemos, já entramos em uma história em processo, “é

¹ Este texto traz o relato da docência orientada realizada na disciplina de Comunicação e Cultura, sob orientação do prof. Flavi Ferreira Lisboa Filho.

² Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela mesma instituição. Membro do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades. (mariananhsm@yahoo.com.br)

³ Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, pela mesma instituição. Membro do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades. (rogeriosaldanha.rp@gmail.com)

como se estivéssemos tomando um trem que está vindo de muitas e muitas outras estações. Ele carregou milhões de pessoas que já realizaram, juntas, um número incontável de ações. Elas construíram um jeito de ser, de viver, de ‘entender’ o tempo e a realidade”. Ao entrar nesse trem, nos somos envolvidos por diversas culturas, algumas mais próximas de nós, outras mais distantes, mas todas presentes em um mesmo universo. Estudar a cultura é compreender que não estamos sozinhos no mundo, que estamos em constante relação com pessoas, costumes, práticas e ideias diferentes. É saber que, além de mim, existe o outro, mas que este não é melhor nem pior, superior ou inferior, é apenas diferente. Entender essas diferenças e saber respeitá-las, passa, primeiramente, pelo conhecimento dessas variadas culturas. E é este um dos objetivos da disciplina: reconhecer diferentes formas de expressão cultural na sociedade e verificar como isto repercute na mídia.

Em nossa função de comunicólogos, muitas vezes precisaremos escrever sobre outros povos, narrar, relatar ou apresentar seus aspectos para os demais, que, a partir de nossa perspectiva, terão algumas referências sobre esses grupos. Neste processo, não são raras as ocasiões em que ocorrem estigmatizações, generalizações e estereotipagens que não condizem com a realidade, ocasionadas pela falta de conhecimento dessas diversidades. Assim, como primeiro trabalho proposto aos alunos, foi a criação de um Seminário sobre Diversidade Cultural, em que cada grupo deveria apresentar características de uma cultura diferente e o modo como esta é representada na mídia. Mais do que um simples trabalho avaliativo, esta tarefa proporcionou não só aos discentes, mas, também, aos docentes a possibilidade de conhecer aspectos culturais de variados grupos humanos e, a partir disso, discutir o modo como são tratados e reconhecidos em nossa sociedade. A essência deste trabalho era fazer com que cada um sentisse o seu papel social como cidadãos tolerantes e respeitadores das diferenças, que, conforme diz Paulo Freire (1974), sabe coexistir, mudar e agir. Para isso, os alunos apresentaram as ativida-

des através de seminários, escolhendo as culturas com as quais gostariam de trabalhar, como portuguesa, espanhola, italiana, afro, japonesa, entre outras, trazendo para a sala de aula alguns elementos como a gastronomia, as artes, a história de cada uma delas.

Esta primeira experiência vastamente enriquecedora foi o ponto de partida para que os alunos percebessem a importância da disciplina para além de uma matéria curricular. Muitos grupos foram a campo, inseriram-se na comunidade em que estavam pesquisando e trouxeram aspectos que não são abordados ao se falar desses povos na mídia. Além disso, alguns ainda comentaram que este trabalho estava sendo esperado há tempos, já que alunos que cursaram a disciplina anteriormente relataram o quanto era prazerosa sua realização.

O retorno positivo por parte dos alunos, além da grande satisfação proporcionada a nós, incentivou-nos a propor um desafio ainda maior. Desta vez, a proposta para o segundo trabalho era organizar uma atividade voltada à cultura indígena, que foi escolhida devido à situação crítica e estigmatizada vivida pelos indígenas da cidade, tornando-os mais visíveis aos olhos da comunidade santa-mariense. Poderiam ser desenvolvidos vídeos, documentários, fotografias, reportagens que abordassem a questão indígena tensionando com a sociedade, a mídia, a cultura ou a identidade. A tarefa, que não era simples, exigiu grande envolvimento de todos, alunos e professores. A ideia era conhecer uma cultura diferente, no caso, a indígena, e aprender com ela, revelando como é o seu dia a dia, sua organização social, seus costumes, hábitos e valores, como forma de tentar diminuir o preconceito associado a eles.

O grande desafio era oferecer um olhar novo àquilo que já era conhecido. É como se embarcássemos no trem novamente e descêssemos em outra estação, que muitos já desceram antes. Duarte (2002, p.140) diz que “uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados” e o valor dessa tarefa consiste em saber personalizá-la através de nos-

so conhecimento e modo diferente de olhar. A partir da proposta inicial os alunos foram a campo nas duas aldeias indígenas de Santa Maria, a Guarani e a Kaingang. Ir a campo exige empenho, dedicação, envolvimento e, além disso, capacidade de adaptação aos obstáculos que surgirem. Coube a nós atuar na coorientação dos trabalhos e guiar os alunos para que obtivessem os melhores resultados em sua produção.

Inicialmente, cada grupo apresentou uma proposta de trabalho que foi avaliada pelos professores, para, a partir daí, iniciar a sua prática. Sempre que se realiza qualquer trabalho, surgem-nos um leque de questionamentos, alguns resolvíveis de forma imediata e outros que se abrem em múltiplas reflexões e possibilidades, colocando-nos frente a problemas, escolhas e descobertas. O primeiro desses enfrentamentos foi a aproximação com as comunidades, já que não poderíamos chegar ao local onde moram e realizar um trabalho sem que eles nos permitissem e quisessem participar voluntariamente. Além disso, era importante nos ambientarmos para que os retratássemos da forma mais fiel possível. A aldeia Kaikang localiza-se em um local mais central na cidade, o que facilitou o acesso, as interações e as diversas visitas realizadas pelos grupos. Já a aldeia Guarani é afastada da cidade e de difícil acesso, foi preciso, então, organizar as visitas com as turmas, uma primeira na tentativa de realizar um contato inicial com a tribo, saber se aceitariam participar do trabalho, quais eram as suas reivindicações, observar o local e o que poderia ser feito. Essa aproximação primária, em ambos os casos, auxiliou no convívio com os indígenas, na quebra de preconceitos e em uma abordagem mais natural na hora da efetiva realização dos trabalhos. Um dos primeiros choques foi descobrir que na aldeia dos Guaranis poucos falavam o português e que, com isso, muitas das propostas de trabalho teriam que ser modificadas.

Aprender a se adaptar foi um dos grandes exercícios do trabalho, não o único. Empatia, respeito, solidariedade e consideração com o próximo foram alguns dos valores que ficaram evidentes na realização das atividades. E neste sentido cada grupo nos surpreen-

deu de uma forma diferente, com trabalhos que encantaram seja pela delicadeza do olhar ou pela profundidade do mesmo. A capacidade de dar voz para àquelas que muitas vezes são esquecidas, foi trabalhada de modo incrível, todos os projetos conseguiram ir além de apresentar simples imagens ou sons, mas transmitiram emoções e fizeram refletir. Os alunos desenvolveram a proposta a partir da confecção de diversos materiais, como fotografias, vídeos, áudios e desenhos, que culminou com uma exposição aberta, que extrapolou os domínios da Universidade, sendo convidada para ir a outros locais. No processo de orientação dessa tarefa, pudemos acompanhar de modo bastante próximo o que cada grupo estava realizando, os avanços, os recuos e as angústias que surgiam ao longo do tempo, mas que só contribuíram para o excelente resultado obtido.

A participação como docentes orientados na disciplina, nos proporcionou transitar duplamente entre o mundo do comunicólogo e do professor, e aí percebemos que nenhum profissional se forma sem a interação com grupos, comunidades, e sem a troca de conhecimento entre os pares. Como comunicólogos nos inserimos nas comunidades e nas diferentes pesquisas culturais realizadas pelos alunos, retirando daí a essência de nossas atividades como profissionais da comunicação social: interações, conhecimento de culturas, relações interpessoais. Ao mesmo tempo, exercitamos a prática da docência no ensino superior e percebemos que o “ser professor” e o “dar aula” não é um processo unilateral, uma vez que há uma constante troca de conhecimentos e experiências. Neste sentido, Freire (1974) afirma que ensinar é uma prática social, ou seja, uma ação cultural, pois se concretiza na interação entre professores e alunos, refletindo a cultura e os contextos sociais a que pertencem. Além disso, a disciplina também nos fez refletir sobre o eterno processo de aprendizagem humana, pois, é só nas inter-relações em espaços e tempos variados que crescemos como sujeitos e profissionais atuantes e responsáveis nas nossas comunidades.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e cultura. *Comunicação e Educação*, São Paulo, 7 a 12, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/3972/3729>>, acesso em 06 de maio de 2015.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.115, mar. 2002. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_reflexoes_sobre_o_trabalho_de_campo.pdf> Acesso em 06 de maio de 2015.

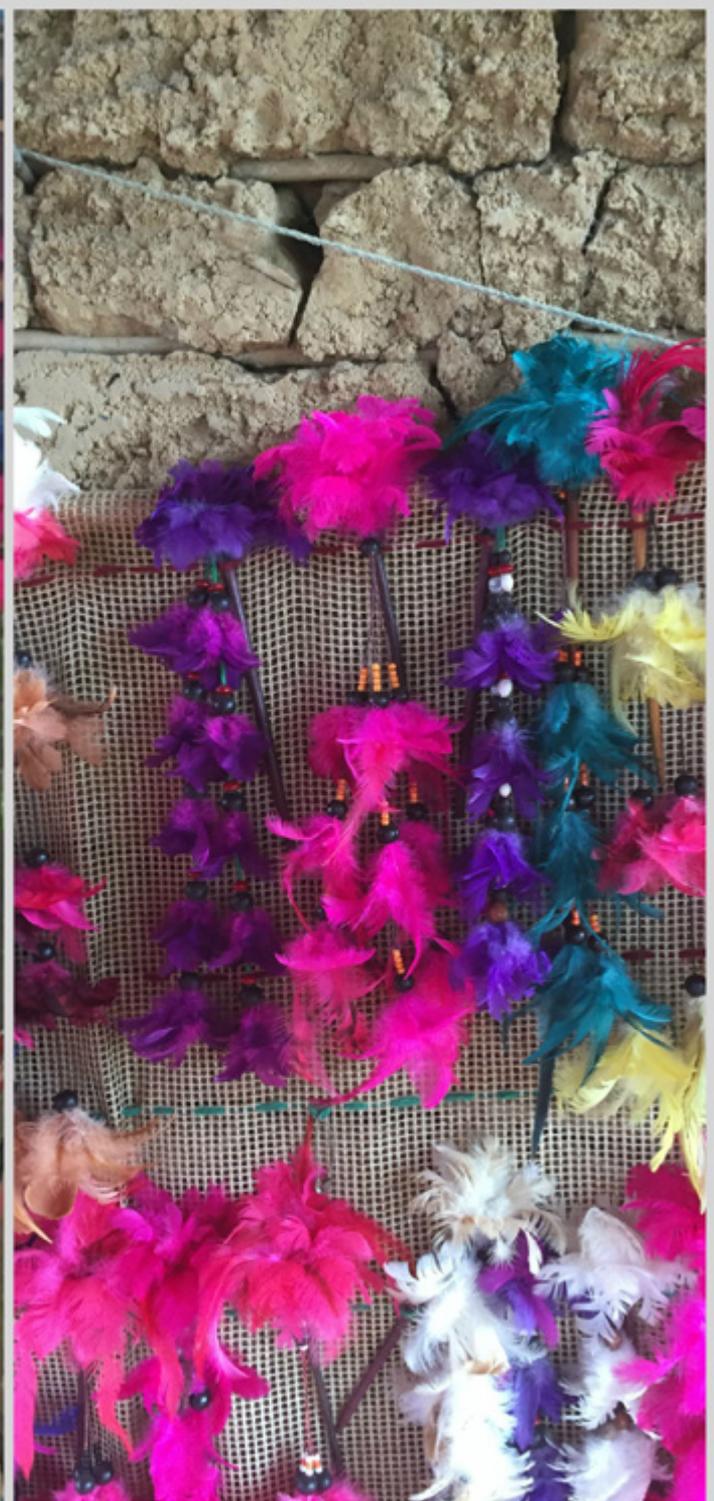
FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Viajante *flâneur*

Flavi Ferreira Lisboa Filho

Utilizo a expressão viajante *flâneur* para dizer que mesmo com destino e horário de chegada, os registros feitos pelos sentidos durante o caminho, dotaram de novos significados o percurso. Tamanha a força de expressão e conteúdos observados nos indígenas do interior maranhense.







Parte II

Olhares sobre a cultura indígena em Santa Maria



HAN MÃN

REVERTER

As fotografias têm por objetivo apresentar o cotidiano dos kaingangs, que residem em Santa Maria, com ênfase ao descaso e à subjugação.

Amanda Guimarães; Cristiani Pedroso; Elise Dreyer;
Franciele Tiggemman; Maica Cord



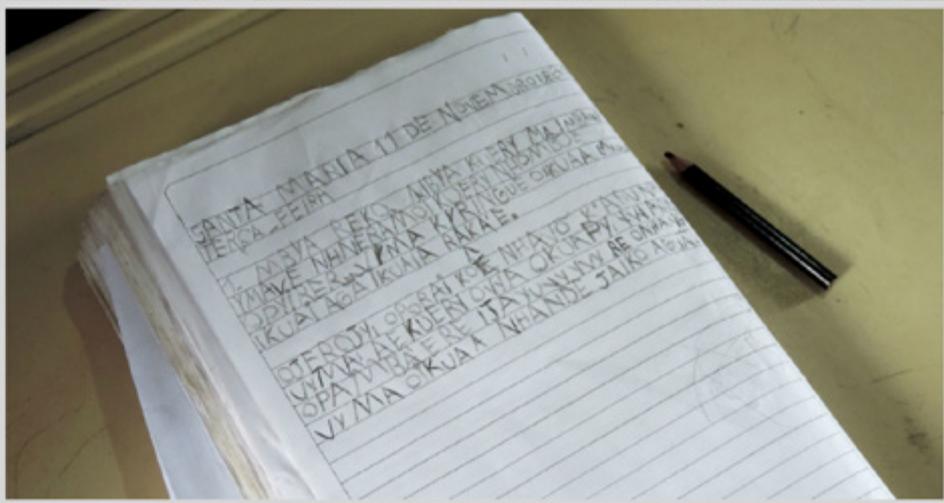


TROCANDO

OLHARES

Através de fotografias procura-se retratar o cotidiano indígena dos kaingangs e guaranis, nas regiões urbanas e como eles (con)vivem com as diferentes culturas e tradições presentes na sociedade. Também se busca mostrar a visão que eles têm do ambiente em que estão inseridos através de imagens produzidas por eles simultaneamente a nossas fotografias.

Amanda Boeira; Edimar Oliveira; Julia Rebellato;
Julia Schapowal; Luisa Spilimbergo; Pablo Mello;
Rafael Saggin Alves; Raphaela Ponteli;
Vanessa Gonzaga





SAÍDA



MISSÕES

DE TODOS OS POVOS

A partir de fotografias da viagem a São Miguel das Missões busca-se oferecer um olhar para mostrar a realidade dos indígenas que lá vivem, além do contexto histórico que envolve o local.

Bruno de Oliveira; Lais Fardin; Laura Cassol; Paola Nadal; Renata Rossato; Taiane Rubin





VER E VIVER A UFSM

Através de uma série de fotografias do campus da Universidade Federal de Santa Maria, produzidas por um aluno indígena, tem-se o intuito de mostrar suas percepções sobre a vida acadêmica no Campus.

Gabriela Marchesan; Lucas Guasso; Raquel Pedrotti;
Vinícius Nascimento





SORRIA

A pesar de uma realidade rodeada de discriminação e preconceito, busca-se retratar a alegria presente no rosto dos indígenas kaingangs. Procurou-se apresentar o indígena não pelo seu lado exótico, que é a forma como a mídia muitas vezes o retrata, mas pela alegria, pela leveza e pela naturalidade que podemos ver no seu modo de vida.

Anderson Scherer; Bernardo Machado; Julia Gomes;
Leonardo Santos; Nathaly Lopes; Vitoria Tusi





SOCIEDADE

EM MEIO A TRIBO

As fotografias trazidas pelo grupo buscam desmistificar a imagem que muitas vezes forma sobre o povo indígena. Pretende-se problematizar o “racismo de vidro”, muitas vezes praticado, por aqueles que atribuem seus preconceitos ao meio, mas não se dá por conta que eles estão nos “olhos” de quem vê.

Humberto Ferreira; Lucas Puhl; Matheus de Almeida;
Nathália Schneider; Thamara Godois; Vitor Ceolin;
Yuri Machado





VIDA REAL

Através de fotografias objetiva-se mostrar a riqueza de detalhes e expressões que compõe o cotidiano da tribo dos guaranis residente em Santa Maria. Com imagens em preto e branco deseja-se além de mostrar a realidade desse povo, valorizar cenas e cenários do seu dia-a-dia.

Carolina Escher; Cristina Pietczak; Jéssica Loss;
João Moro; Marília dos Santos; Matheus Santi;
Nadine Ribeiro; Nicoli Saft







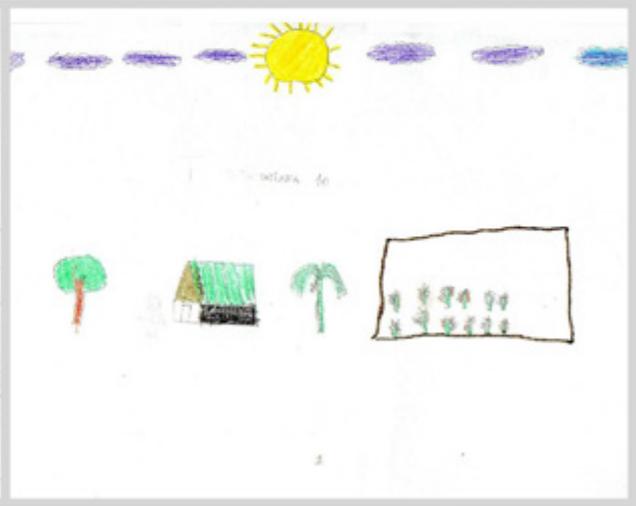
A PUREZA

DA RESPOSTA DAS CRIANÇAS

Utizando desenhos feitos pelas crianças da tribo guarani busca-se mostrar a visão delas sobre a sua cultura.

O objetivo principal é o de mostrar para as crianças da aldeia a importância de vivenciarem e preservarem a sua cultura.

Bianca de Souza; Daniela Gonçalves; Laura Boessio;
Leonardo Cortes; Marina Barin; Lenon de Paula





VISITA

DAS CRIANÇAS GUARANIS NA UFSM

Bárbara Fischer; Guilherme Manfrin
Rossato; Luiza Rodrigues de Souza;
Mariana Schut; Pedro Ivo de Mello





ARTESANATO

Crear y elaborar de un
modo que nos inspiramos a
nosotros mismos y a otros
para hacer cosas nuevas
que sirven de un
modo especial.



ARTESANATO

TRADIÇÃO E REPRESENTAÇÃO CULTURAL

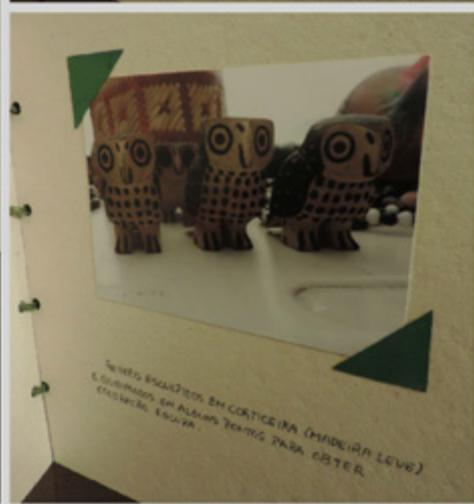
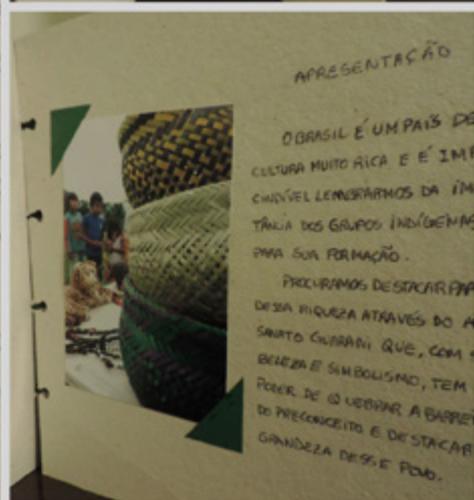
Com a elaboração de um livro, que traz fotografias e informações sobre os artesanatos produzidos na aldeia Guarani, objetiva-se dar maior visibilidade às diferentes técnicas de sua produção artística-artesanal.

Carolina Motter; Daiane Bedin; Jamille Coletto;
Paola Brum; Rafaela Chagas; Sara Tessele

ARTESANATO GUARANI: TRADIÇÃO E REPRESENTAÇÃO CULTURAL



OS MATERIAIS MAIS UTILIZADOS P
CONFEÇÃO DO ARTESANATO SÃO:
TES, PALHA DE BAMBU, TAQUARA DE
CORANTES NATURAIS, CORTICEIRAS
DE MADEIRA LEVE), ENTRE OUTROS, T
SEGUINDO A TRADIÇÃO DE NÃO DESP
DIÇAR RECURSOS DA NATUREZA, SEM
QUE EXISTE O CUIDADO DE REFOR
MADEIRA EXTRAÍDA PARA QUE NÃO
DANOS PERMANENTES AO AMBIENT



YAWAR MAYU

A MUSICALIDADE INDÍGENA SEM FRONTEIRA

Através da musicalidade busca-se apresentar a cultura indígena, em especial a dos guaranis., para demonstrar que através da música são mantidas a identidade e o sentimento de pertença de um povo. A partir da arte também se dá a preservação de elementos fundamentais para a manutenção da cultura indígena.

Emiliano Chagas; Felipe Richardt;
Carlos Viero; Tales Richter; Rodrigo Nene

Yawar Mayu

a musicalidade indígena sem fronteiras

Como cigarras em meio a orda de trabalhadores, o grupo equatoriano Yawar Mayu se encontra na praça Saldanha Marinho tal como o signo sonoro de um povo que não tem voz. Seus membros falam e resistem unicamente através da musicalidade, afirmando sua cultura milenar em meio ao fluxo do efêmero e a eminência do esquecimento.

O anseio de compreender a origem dessa força de resistência, aliada com a possibilidade de conceder-lhes alguma visibilidade através da disciplina de Comunicação e Cultura, resultaram em uma reportagem de pouco mais de dez minutos nos quais Javier Peralta, membro do conjunto, compartilha sua visão singular da música, do mundo e da cidade de Santa Maria.

O conjunto, nômade por essência, visita a cidade ao menos duas vezes por ano. O motivo de tal frequência, bastante incomum para um grupo que já esteve em diversos lugares do mundo, se dá pela recepção positiva que os membros relatam terem encontrado por aqui. Segundo Javier Peralta, Santa Maria é “muito carismática e cheia de gente bonita”. Na entrevista, Javier fala também do apoio que recebem por parte da Casa

de Cultura, bem como da acolhida calorosa por parte da população de maneira geral.

O contato com Yawar Mayu, a proximidade dos rostos emblemáticos de seus integrantes, o diálogo ornado com o peso constrangedor da diferença, foram para nós, os entrevistadores, muito impactantes. A conversa com Javier Peralta foi a conversa com uma essência em vias de se perder, e foi, por consequência, o surgimento de muitas inquietações. Poderá a formiga trabalhar sem o canto da cigarra? Poderá a prosa continuar sem a poesia? Poderá uma sociedade seguir um rumo favorável tendo suas raízes esquecidas? Não sabemos, mas esperamos que com a divulgação desse material, tais inquietações se alastrem, e com a união das inquietações, surjam respostas e ações.

A entrevista, gravada em suporte audiovisual, tem duração de 10 minutos e 19 segundos, contou com a participação do Estúdio 21 no processo de edição, e pode ser acessada no link:

<<https://www.youtube.com/watch?v=e76M9NXusOY>>

CARTILHA

SOBRE A INTERSEÇÃO DO INDÍGENA NA UFSM

A pós análises junto da Comissão Indígena e do Pet Indígena da UFSM produziu-se um e-book que visa mostrar a inserção e a vivência dos indígenas e de sua cultura na Universidade.

Procura-se trazer algumas perspectivas sobre a cultura indígena e mostrar sua inserção na Universidade.

Andressa Carvalho; Cezar Barin;
Gabriela Rech; João Pedro Possebon;
Lisangela Santos; Taciana Rosa



VIVÊNCIAS DO
ACADÊMICO INDÍGENA
NA UFSM

A cartilha institucional “Vivências do acadêmico indígena na UFSM” é uma realização da disciplina de Comunicação e Cultura, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo desse projeto é demonstrar o trabalho da Comissão Indígena, PET Indígena e a atenção dedicada pela instituição aos alunos indígenas, desde a divulgação do vestibular até a permanência e formação no curso escolhido. O conteúdo aqui apresentado é fruto de entrevistas com membros da Comissão de Ações Afirmativas (Paulo Silveira e Getúlio Lemos), Comissão Indígena (Rosane Brum Mello), da visita ao encontro do PET Nãnde Reko (tutora Prof. Ceres Karam Brum) e com acadêmicos indígenas dos cursos de graduação da UFSM.



A COMISSÃO INDÍGENA

A Comissão Indígena é parte da Comissão de Ações Afirmativas, tem caráter deliberativo e acompanha as políticas de acompanhamento dos alunos indígenas garantindo o ingresso e a permanência dos estudantes na Instituição.

O INGRESSO

Por ser responsável pela divulgação do vestibular e perceber que os números de inscrições eram baixos, em 2012 a Comissão iniciou as idas as aldeias para incentivar os indígenas a participarem das provas conseguindo no ano de 2014 atingir cerca de 200 inscrições.

O ingresso dos alunos indígenas a UFSM pode ser realizado de duas maneiras, sendo a primeira pelo sistema de cotas normal, onde há reservas nas cotas EP1A e EP2A dedicadas a estudantes pretos, pardos ou indígenas (PPI) e a segunda, onde está o foco do trabalho da Comissão, é pelo programa especial da UFSM no qual em 2014 se obteve o aumento da reserva de 14 para

20 vagas extras para alunos indígenas aldeados.

Existem duas principais diferenças entre os dois processos: o ingresso pelo PPI exige a documentação solicitada pelo DERCA, autodeclaração presencial e concorrência com todos os demais estudantes que se encaixam nessas cotas; o ingresso pelo programa de cotas extras exige Certidão de Nascimento, Documento da FUNAI e uma Declaração da liderança indígena de sua aldeia e não podem obter zero na redação e na prova de língua portuguesa. A Comissão junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), FUNAI e COMIN conseguiu para o vestibular 2014, e tenta para todos os próximos, a alimentação e estadia para os concorrentes indígenas no período de provas.

A PERMANÊNCIA

“Se o ingresso é por cota,
a permanência não é por cota.”

Paulo Silveira

A frase do professor demonstra uma realidade que é de conhecimento dos membros das Comissões: o desafio está na permanência. Para buscar a melhor qualidade na permanência dos alunos cotistas algumas decisões já foram tomadas, alimentação no Restaurante Universitário (RU) gratuita para estudantes indígenas e a organização na Casa de Estudantes Universitários (CEU) em quartos somente de indígenas, atendendo a demanda trazida por eles mesmos por desejarem manter sua cultura e poderem apoiar uns aos outros.

Outras demandas estão em discussão como o caso da moradia específica indígena, visto que com o aumento das vagas e das inscrições faltará espaço para abrigá-los com qualidade e o auxílio transporte. Em relação a vida acadêmica desses estudantes as necessidades que surgem

são resolvidas com ações isoladas, por exemplo, já é de conhecimento da Comissão a dificuldade que esses alunos encontram nas disciplinas de matemática, química, física e inglês e buscou-se apoio do Centro de Ciências Naturais e Exatas que proporcionou aulas extras aos alunos necessitados. Outro caso que necessitou uma ação específica foi para alunas do curso de Odontologia que precisavam de matérias para acompanhar determinadas disciplinas e não tinham condições de adquirir, solicitando e conseguindo por meio de bolsas de auxílio para obter os materiais necessários.

Frente a adesão da UFSM ao ENEM como prova única de ingresso para o ano de 2015 a Comissão já apresenta a discussão de uma prova específica para o programa de reserva de vagas extras, para seguir com a autonomia e com a proximidade dos estudantes.

○ PET

O Programa de Educação Tutorial Indígena da Universidade Federal de Santa Maria foi institucionalizado pelo MEC no ano de 2011, e surgiu a partir da iniciativa de diversos projetos ligados à Pro-Reitoria de Extensão da universidade. Assim sendo, é mais uma possibilidade de canal de diálogo com os grupos Kaingang e Mbyá-guarani que habitam Santa Maria.

Hoje conta com 18 membros, 14 deles bolsistas, e sua tutora é Ceres Karam Brum, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM.

Até mesmo em seu nome, o PET – Nānde Reko, que significa “nosso modo de ser”, em guarani, busca reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional indígena, através dos modos de ser dos seus participantes. Diferente de todos os demais, nele são reunidos acadêmicos indígenas de diversos cursos de graduação, numa perspectiva interdisciplinar que é fundamental para a

inclusão social da educação superior indígena.

Dessa forma, as práticas do Programa Tutorial possibilitam que os acadêmicos estejam envolvidos em atividades de pesquisa, num movimento que leva a universidade até as comunidades indígenas, por meio dos conhecimentos por eles adquiridos. É muito presente a preocupação com as comunidades de origem, tanto pela realização de estudos de campo, quanto através do retorno dado a ela, num sentimento de coletivismo, tão presente na estrutura dessa cultura. Tais atividades podem acontecer através de diferentes metodologias, que buscam diagnosticar demandas e reflexões sobre suas alternativas.

O PET – Nānde Reko tem em sua essência não só propiciar ao bolsista a formação individual, pela pesquisa, ensino e extensão, mas “principalmente em construir mecanismos para a permanência para estes e futuros estudantes indígenas que escolherem a UFSM.”

Conversamos com alguns alunos do PET Nãnde Reko. Com o apoio da tutora deste PET, professora Ceres, explicamos os objetivos do nosso trabalho e alguns estudantes se propuseram a falar conosco. Vários assuntos foram abordados, desde o ingresso na UFSM, de como conheceram a universidade, escolha do curso, como as famílias apoiaram ao mesmo tempo que tinham receio desta decisão. Comentamos também sobre a vida universitária atual, relação com colegas e professores, os desafios acadêmicos e até sobre o futuro depois de formados, quais eram suas ambições e desejos depois de ter o diploma em mãos.

Conversamos com dois meninos vindos de comunidades kaingangs fora da cidade de Santa Maria, mas ainda do estado do Rio do Grande do Sul. Também tivemos contato com duas irmãs, oriundas do estado do Mato Grosso do Sul de comunidades terenas. A primeira coisa que notamos em comum entre todos eles foi a escolha dos cursos, todos da área da saúde: enfermagem e

e medicina. Uma escolha, que como eles colocaram, provém da ajuda que eles poderiam dar as suas comunidades natais. No momento eles prestam ajuda as comunidades indígenas da cidade de Santa Maria.

Quando perguntado sobre o ingresso na Universidade descobrimos que grande parte da assistência vem dos outros alunos indígenas e não diretamente da Universidade, identificamos uma união e ajuda mútua entre todos. Um dos meninos que conversou conosco nos falou que já havia cursado outro curso em outra universidade e identificou um despreparo da UFSM em relação a UFRGS quando se tratava da assistência que devia ser dada aos estudantes indígenas. Despreparo que também foi comentado pela primeira aluna indígena da UFSM, que começou o curso de medicina em 2010. Como nesta época ainda não existia o PET Nãnde Reko e a ideia de receber um aluno indígena era muito nova, esta estudante enfrentou mais burocracias que os outros,

mas também foi ela que pode descrever mais detalhadamente o quanto a UFSM foi evoluindo em relação a estes quesitos. Esta aluna participou da formação do PET, do progresso em relação aos auxílios que hoje são prestados em relação aos estudante indígena - apartamentos na casa do estudantes, benefício do Restaurante Universitário, bolsa permanência, entre outros. Apesar da maioria se mostrar feliz com os amparos recebidos hoje, podemos observar uma vontade de receber mais, de buscar mais progressos e mais direitos. Eles também se mostram gratos pela confiança que é depositada neles, se dedicando ao máximo em seus cursos, e buscando serem bons profissionais.

Perguntamos ainda sobre como era a relação com os colegas e professores, eles definiram como uma convivência tranquila, sem atritos, marcada pela união e curiosidades dos colegas em relação a cultura e história indígena. Alguns ainda comentaram que não sentem um preconceito, mas uma

desconfiança vinda de alguns colegas, principalmente pela questão das cotas.

Sobre o PET Nãnde Reko, foi nos relatado que é uma forma de manter uma conexão com sua cultura indígena: “o propósito do PET é ser um projeto guarda chuva, que ele abangeria várias areas diferentes (...) e através desse projeto do PET a gente conseguiria fazer os projetos dentro das nossas áreas”.



II EXPOSIÇÃO

OLHARES DA CULTURA INDÍGENA EM SANTA MARIA

Ana Paula Martins; Ariele Righi;
Camilla Avila; Nathália Batista

Os Diferentes

“Olhares sobre a cultura indígena”

A segunda edição da exposição “Olhares sobre a cultura indígena em Santa Maria” foi organizado pelos acadêmicos da disciplina de Gestão de Eventos do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria e ocorreu entre os dias 13 e 20 de abril de 2015, no primeiro andar do Royal Plaza Shopping, frente à loja Colombo. No dia 16, às 19h30min, foi realizada uma explanação sobre o trabalho desenvolvido.

A exposição teve como propósito retratar o cotidiano dos indígenas residentes no município de Santa Maria através de produtos midiáticos, com diferentes registros e olhares organizados em sessões, apresentando a temática indígena por meio da “Comunicação e da Cultura”. Os materiais foram produzidos pelos acadêmicos do Curso de Comunicação Social da UFSM,

sob orientação do prof. Flavi Ferreira Lisboa Filho e dos mestrands Mariana Henriques e Rogério Saldanha; e contou com o apoio da Incubadora Social da universidade.

Durante o período foram arrecadados mantimentos e agasalhos, que serão doados para as famílias indígenas residentes na cidade Santa Maria.

Foram organizadoras desta exposição as acadêmicas Ana Paula Martins, Ariele Righi, Camilla Avila e Nathália Batista; na monitoria o acadêmico Sérgio Marques; e na docência orientada Mariana Henriques, mestranda do POSCOM/UFSM.

Na próxima página está o convite que serviu para divulgar a segunda edição da exposição, seguida de alguns registros fotográficos.

CONVITE

O curso de Relações Públicas e a Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem a honra de convidá-lo para prestigiar a Exposição "Olhares sobre a cultura indígena em Santa Maria", produzida pelos alunos de Comunicação Social da UFSM. O evento será realizado no dia 16 de abril, às 19h30min no primeiro andar do Royal Plaza Shopping, frente à loja Colombo.

Sua presença é fundamental.

Realização:



INCUBADORA SOCIAL



Apoio:





Originalmente compunham a primeira edição da exposição as sessões 'A identidade que clamamos é a nossa (vídeos)', 'A cultura de geração em geração (documentário)' e 'Indígenas e a UFSM (áudio documentário)'. Contudo, após contatados, os grupos não se manifestaram ou não tiveram condições de encaminhar novo texto.

Para contatar o organizador da obra envie email para flavilisboa@gmail.com



**Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal
CC BY-NC-SA**

Conectando saberes: experiências de comunicação e cultura nas comunidades indígenas de Santa Maria de Flavi Ferreira Lisboa Filho (org.) está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.ufsm.br/estudos culturais. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

